



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

ROSANA LOBATO DA CUNHA DIAS

**NUTRIÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR E
SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS INFORMATICAIS EM
MARICÁ**

Dissertação de Mestrado

Junho de 2025



ROSANA LOBATO DA CUNHA DIAS

**NUTRIÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR E
SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS INFORMACIONAIS EM
MARICÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Liz-Rejane Issberner.

Rio de Janeiro

2025



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

D541n Dias, Rosana Lobato da Cunha
Nutrição, Segurança Alimentar e Sustentabilidade: desafios informacionais em
Maricá / Rosana Lobrato da Cunha Dias. – Rio de Janeiro, 2025.
108 f.: *il. color.*

Orientadora: Profa. Dra. Liz-Rejane Issberner (PPGCI Ibict).
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio
de Janeiro, 2025.
Referências: p. 82-86.
Apêndice: p. 87-92.
Anexos: p. 93-108.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Maricá. 3. Redes de Informação. 4.
Agroecologia. I. Issberner, Liz-Rejane, orient. II. Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Escola de Comunicação. IV. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia. V. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. VI. Título.

ROSANA LOBATO DA CUNHA DIAS

Nutrição, Segurança Alimentar e Sustentabilidade: Desafios
Informacionais em Maricá

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Liz-Rejane Issberner.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2025. 

BANCA AVALIADORA

Profa Dra. Liz-Rejane Issberner – PPGCI IBICT-UFRJ

Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider – PPGCI IBICT-UFRJ

Profa Dra. Patricia Andrea do Prado Rios – Universidade de Newcastle 

APRESENTAÇÃO

“Quem inventou a fome são os que comem.”

Carolina Maria de Jesus

Essa pesquisa começa na vivência da autora com a cozinha profissional e o cooperativismo. Jornalista e chefe de cozinha, a paixão por comida suscita uma busca além dos ingredientes, suas origens, o processo do alimento, quem produz e como produz. Pesquisar sobre o alimento não é como uma receita de bolo. Envolve uma série de dúvidas, desinformação, surpresas e o processo de aquisição da informação acaba sendo tão rico quanto encontrar os resultados.

Ao fazer uma reflexão sobre a própria dieta, nascida nos anos 70, esta pesquisadora se descobre pertencente a uma geração que foi afastada do aleitamento materno, nesta época a vida nutricional começava com as fórmulas industrializadas. Somos o que comemos, mas comemos o que queremos? Estas práticas comerciais, ainda hoje em dia, exercem enorme pressão social sobre a alimentação mundial.

Ainda nos anos 70, os alimentos foram alvos de pesquisa em sua casa, filha de um engenheiro químico, foi possível experimentar toda a sorte de comida proveniente do mar. Segundo seu pai, o futuro era incerto pra humanidade, haveria crescimento populacional desordenado, o que causaria a fome de muitas pessoas. Na memória, deste intenso laboratório, produzir ciência era muito perigoso para a família, ainda mais no contexto da ditadura, mesmo assim foi possível acompanhar a construção e implementação de uma fábrica piloto de farinha de peixe. A primeira vez na história da autora que lhe é apresentado o conceito de aproveitamento integral dos alimentos. Infelizmente o jovem cientista morreu muito cedo. E não conseguiu concluir seu plano de alimento para todos. Mas deixou a pergunta plantada, o que será feito para que todos possam comer?

Essa pergunta acompanha a trajetória desta pesquisa sobre informações de segurança alimentar e nutricional, envolvendo reflexões individuais e coletivas, onde a busca por alimentos saudáveis para todos, faz com que cozinhar seja apenas uma parte do processo. Surge o enfrentamento de pesquisar o assunto e estar presente, como ator nesta cadeia alimentar, no lugar escolhido para se viver, uma cidade pequena, um município onde a vida acontece de forma peculiar, Maricá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as conformidades do universo com minha existência, que neste tempo e espaço proporcionaram a realização desta pesquisa. Foi preciso muito chão para que uma mulher periférica, que levava 3 horas por pra chegar ao campus e mais 3 pra voltar pra casa conseguisse chegar até o fim. Valeu cada momento, cada linha de leitura, escrita e aprendizado. Sou a prova que podemos produzir ciência independentemente da idade, das condições financeiras e geográficas. Estudar, adquirir conhecimento e poder aplicar na vivência do coletivo. Que incrível! Conseguimos!!!!

Minha rede de apoio sempre alerta, conseguimos!!! Aos meus amores Tony, Chico, filho, Ana, filhe, meu pai Renato, o cientista, minha mãe Eliana, a resistência, meus irmãos Dudu e Rafa. Para Antonio onde estiver. Para minhas avós e todas mulheres da minha convivência. Meus amigos, família escolhida, Fabiana que me trouxe até essa casa, Erivelton, Lucas, Mário, Baba, Thiago, Luíza, Diego, Alita, Dri, Silviane, Dri, Bê, Aninha, meus sobrinhos. Para Pará Potê, Tupã Darcy, Delphine, Mãe Edeuzuíta, Jade, minhas referências de povos originários. Para todos que acreditaram no meu amor pela pesquisa, pelos livros, pelos debates, pela justiça social. Meus colegas de curso, em especial Fabiana, Mari, Vini, Gabriel, Léo, Dani, Cássia, Rogério, Talita, Cecília, Skroll, Adriane, Letícia, Lucas e Wal. Para Joelma. Para os professores marcantes e inspiradores, Liz, minha orientadora sempre nas melhores pautas, se manteve ao meu lado nessa jornada, Patricia, Marco, Fábio, Ricardo, Regina, Marcus, Gustavo, Sarita, Giuseppe, porque nem só de ciência vivemos, também criamos afetos. Para todos os participantes da pesquisa que me receberam e proporcionaram os resultados, para nossa jovem cooperativa COPAS. Pela arte, pela dança, pela cultura, pela música, pelo bem dos povos originais, pela comida para todos. Para meu Ori, meus Orishas, meus ancestrais, para minha continuidade...

Eterna Gratidão

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) através do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

RESUMO

DIAS, Rosana Lobato da Cunha. **Nutrição, Segurança Alimentar e Sustentabilidade:** desafios informacionais em Maricá. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

 Esta dissertação busca refletir qual o papel da informação para a segurança alimentar e nutricional de um território. O lugar pesquisado é a cidade de Maricá, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Maricá tem despontado no cenário atual brasileiro como uma cidade com enorme potencial de inovação social, sendo apresentada como exemplo por seus incrementos em políticas sociais. Porém apesar deste perfil, dados pesquisados revelam que ainda existe um alto número de insegurança alimentar no município. Sabe-se que o acesso ao alimento, dentro do conceito de segurança alimentar e nutricional, é um direito que envolve um sistema com práticas alimentares promotoras de saúde e sustentabilidade ambiental. Além desta diversidade, o consumo de um alimento saudável no cenário contemporâneo, envolve uma série de desafios de ordem política e informacional. O presente trabalho apresenta um estudo de caso, baseado no mapeamento dos atores relacionados a segurança alimentar e nutricional e uma revisão documental sobre o tema, com o objetivo de identificar uma rede de interações, ainda que não seja reconhecida pelos atores como tal. Acredita-se que a Ciência da Informação possa contribuir para a análise crítica destes documentos buscando identificar padrões de informação, explorando como essas dinâmicas informacionais podem influenciar na formulação e a implementação de estratégias de combate à insegurança alimentar.

Palavras-chave:  Segurança Alimentar e Nutricional; Maricá; Redes de Informação; Agroecologia 

ABSTRACT

DIAS, Rosana Lobato da Cunha. **Nutrition, Food Security, and Sustainability:** information challenges in Maricá. 2025. Thesis (Master's Degree in Information Science) – Graduate School on Information Science, Brazilian Institute of Information in Science and Technology, School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

This dissertation seeks to reflect on the role of information in food and nutritional security within a specific territory. The area studied is the city of Maricá, a municipality in the metropolitan region of Rio de Janeiro. Maricá has recently emerged on the Brazilian landscape as a city with enormous potential for social innovation, often cited as an example due to its advancements in social policies. However, despite this profile, research data reveals that there is still a high level of food insecurity in the municipality. It is known that access to food, within the concept of food and nutritional security, is a right that involves a system of food practices that promote health, respect cultural diversity, and are socially, economically, and environmentally sustainable. In addition to this diversity, the consumption of healthy food in the contemporary context involves a series of political and informational challenges. This work involves a case study, based on the mapping of actors related to food and nutritional security and a document review on the topic, with the aim of identifying a network of interactions, even if not recognized as such by the actors involved. It is believed that Information Science can contribute to the critical analysis of these documents by identifying patterns of information, exploring how these informational dynamics can influence the formulation and implementation of strategies to combat food insecurity.

Keywords: Food and Nutritional Security; Maricá; Information Networks; Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Concentração da População vulnerável segundo o IPM.....	25
Figura 2 – Dados sobre assistência social em Maricá.....	26
Figura 3 – Dados do Programa Chegou a sua Vez.....	27
Figura 4 – Distribuição percentual de domicílios que nos últimos 3 meses os alimentos acabaram por falta de dinheiro.....	28
Figura 5 – Distribuição percentual de domicílios em insegurança alimentar por distrito.....	29
Figura 6 – Instrumentos legais para o atendimento do direito humano à alimentação adequada	34
Figura 9 – Nós dimensionados por tamanho a partir da centralidade dos atores (Quanto maior o tamanho maior a interação).....	69
Figura 10 – Atores por frequência: nuvem de palavras.....	71
Figura 11 – Visualização de Arestas: Conectividade da Rede.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados institucionais.....	52
Gráfico 2 – Dados dos respondentes.....	52
Gráfico 3 – Interação dos atores.....	61
Gráfico 4 – Análise do Grau de Interação.....	64
Gráfico 5 – Formas de interação entre os atores.....	66
Gráfico 6 – Participação de grupos com os outros atores.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores de Segurança Alimentar e Nutricional em Maricá.....	20
Quadro 2 – Questões abertas.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ARS	Análise de Redes Sociais
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar
CI	Ciência da Informação
CODEMAR	Companhia de Desenvolvimento de Maricá
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Maricá
COPAS	Cooperativa de projetos e alimentos saudáveis de Maricá
COOPERAR	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTIM	Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá
IDR	Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro
IDS	Índice de desenvolvimento social
IFZ	Instituto Fome Zero
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivo de desenvolvimento sustentável
PNSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Questões de pesquisa.....	17
1.2 Objetivos.....	18
1.2.1 Objetivo Principal e Secundários.....	18
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 Procedimentos metodológicos.....	20
3 SOBRE MARICÁ.....	24
4 SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA QUESTÃO INFORMACIONAL.....	30
4.1 Avaliação da Segurança alimentar.....	35
5 AGROECOLOGIA EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA.....	37
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	41
6.1 Redes, o tecido social.....	41
6.2 Dispositivos, informar e integrar.....	44
6.3 Documentos, elementos fundamentais.....	46
6.4 Regimes de informação.....	48
7 PESQUISA DOCUMENTAL.....	50
7.1 Análise Qualitativa das Respostas Abertas do Questionário.....	57
7.2 Análise das Perguntas Fechadas sobre Interação entre Atores Locais na Área da Segurança Alimentar e Nutricional em Maricá.....	60
8 VISUALIZAÇÃO E ANÁLISE DA REDE.....	69
9 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	77
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	87
ANEXO A – MAPA DOS CRAS DE MARICÁ, CEDIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	93
ANEXO B – FOLDER DO IDR – MARICÁ EM NÚMEROS.....	94
ANEXO C – CARD DE DIVULGAÇÃO EVENTO DA COPAS.....	98

ANEXO D – PROJETO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA / CODEMAR / COOPERAR.....	99
ANEXO E – FAZENDA JOAQUIM PIÑEIRO SECRETARIA DE AGRICULTURA/ COOPERAR.....	100
ANEXO F – BANCO MUMBUCA.....	101
ANEXO G – CARDÁPIO RESTAURANTE MAURO ALEMÃO.....	102
ANEXO H – PROJETO VARAL SOLIDÁRIO.....	103
ANEXO I – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMA MANU MNUELA.....	104
ANEXO J – PROJETO PARCERIA COM ICTIM.....	105
ANEXO K – COMSEA MARICÁ.....	106
ANEXO L – CODEMAR MARICÁ.....	107
ANEXO M – FAMÍLIAS INDÍGENAS RECEBENDO DOAÇÃO DE ALIMENTOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é uma condição em que indivíduos, famílias ou comunidades têm acesso adequado a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para atender às suas necessidades diárias. A ausência desta condição, a insegurança alimentar, é um problema complexo e multifacetado, influenciado por fatores sociais, econômicos, políticos e ambientais. De fato, a SAN é um conceito abrangente e multidisciplinar que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas de produção sustentável, cidadania e direitos humano (Kepple; Segall-Corrêa, 2011). A escolha do tema segurança alimentar e nutricional se deve ao fato do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR, 2021) ter apresentado uma pesquisa apontando um contingente grande de pessoas em vulnerabilidade no município de Maricá, o que coloca em xeque as políticas sociais do município. Esta pesquisa visa, portanto, contribuir para que as ações governamentais e não governamentais que possam, de fato, eliminar a insegurança alimentar e nutricional no município, propiciando uma contribuição para que indivíduos e famílias se emancipem social e economicamente.

 SAN faz parte de um problema social que não é específico do município de Maricá, mas espelha uma realidade nacional. O modelo econômico brasileiro, dependente de empresas gigantes do agronegócio e da indústria alimentícia, muitas vezes produz alimentos ultraprocessados, contribuindo para destruição da base de sustento de camadas vulneráveis da população (Silva; Issberner; Braga, 2021). A fragilidade da agricultura alimentar no planeta está diretamente ligada à concentração e domínio da agroindústria, limitando a organização de um grande contingente de pequenos agricultores (Dowbor, 2001). A maior parte das pessoas do planeta enfrenta dificuldades para adquirir alimentos saudáveis e nutritivos, especialmente quando o custo dos alimentos é alto. Nos estudos sobre o modelo econômico hegemônico e sua relação com a degradação das condições de vida no planeta, Léna e Issberner (2022), colocam como desafio a superação dos modelos de desenvolvimento atuais, altamente predatórios em termos sociais e ambientais.

Estudar a SAN requer levar em conta a questão socioambiental, uma vez que ela não se restringe ao aspecto nutricional dos alimentos, mas como aponta Magalhaes (2014), também ao método de produção, distribuição e acesso típicos da produção agroecológica. Assim, a informação sobre SAN é aqui entendida como o foco central do problema da pesquisa e não como o problema em sua totalidade. Isso significa uma tentativa de definir o

eixo principal de ação, bem como o seu contexto, do qual a agroecologia ocupa lugar de destaque.

As políticas sociais requerem capilaridade, devendo atingir todos os indivíduos, o que é um desafio para a gestão pública, presa a hierarquias, controles e interseções de competências, entre outros tantos desafios (Dowbor, 2001). Para Dowbor e Silva (2013), as políticas participativas demandam a colaboração entre as partes envolvidas nas ações, no caso, a SAN. Segundo os autores (*ibidem*), não se trata de construir bancos de dados ou coleções de informações, mas de construir um ambiente de rede em que as informações circulem em várias direções para conectar o conjunto de atores e mantê-los informados sobre as iniciativas tomadas.

A cidade de Maricá atualmente conta com uma população oficial de aproximadamente duzentos mil habitantes e segundo dados secundários coletados pelo IDR (2021), em torno de trinta mil pessoas estão em situação de insegurança alimentar no município. Cabe assinalar que Maricá está há 16 anos sob um governo progressista com muitos programas sociais sendo implementados. Essa constatação suscita uma indagação simples: Por que tantas pessoas estão em situação de insegurança alimentar no município? Uma hipótese é que as políticas públicas não estejam alcançando as pessoas mais vulneráveis, entre outras coisas, por deficiência do fluxo informacional. Nesse sentido, a presente dissertação visa identificar eventuais hiatos e outros entraves nos fluxos de informações que possam estar obstruindo ou limitando o programa de combate à insegurança alimentar.

Apesar das possíveis barreiras informacionais um aspecto a ser considerado é a oferta de alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável, a preços acessíveis no município, o que representa incluir a agroecologia como tema de pesquisa, já que esse tipo de alimento integra o conceito de segurança alimentar. Garantir o direito humano à alimentação adequada e a promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, como no caso da agroecologia, é um desafio crucial, especialmente porque a humanidade enfrenta as mudanças climáticas, uma das questões planetárias mais urgentes. Esse desafio tem um componente informacional, entre outros fatores, pelo fato de requerer a formulação de políticas públicas condizentes com os novos problemas a serem enfrentados e com a construção de redes de informação entre atores relevantes. Para lidar com cenários complexos, como o da insegurança alimentar, é fundamental entender como essas informações são geradas, gerenciadas, divulgadas, implementadas etc.

Neste estudo, o conceito de redes de informação (Marteletto, 2001; Tomaél, 2005) será central, pois pode proporcionar o desenho das relações informacionais. Além disso, a pesquisa

mobiliza as seguintes abordagens: Redes Sociais abrangendo autores como Latour (2012), Elias (1994) e Fialho (2018); Agroecologia e Sustentabilidade sob a luz dos estudos de Léna e Issberner, (2022) Altieri (2012) e Primavesi (2008); dispositivos referenciados por Agamben (2005), Deleuze (1996), Marteleto e Couzinet (2013), Documentos sob a ótica de Freire (2006) e Saldanha (2023) e Regimes de Informação com González de Gómez (2015) e Freire (2021).

O presente trabalho envolve um estudo de caso, com componentes de pesquisa ação, baseado no desenho da rede dos atores relacionados a SAN e uma revisão documental sobre o Segurança Alimentar e Nutricional em Maricá, englobando materiais de programas e políticas públicas, com o objetivo de identificar uma rede de interações, ainda que não seja reconhecida pelos atores como tal.

A Ciência da Informação (CI) pode contribuir para entender a dinâmica informacional relacionada à SAN, mediante o estudo de uma rede de informações e dos fluxos comunicacionais entre um conjunto de atores institucionais e a sociedade. A responsabilidade social da Ciência da Informação pode ser acionada no sentido de, por meio de seu instrumental teórico e metodológico, proporcionar um entendimento e respostas voltadas para o problema da insegurança alimentar e nutricional, que é ao mesmo tempo um tema informacional, social, econômico e ambiental.

1.1 Questões de pesquisa

 Existência de um grande contingente de indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional no município de Maricá, sugere que a rede de informações voltadas para o enfrentamento dessa questão apresenta fragilidades tais como a inexistência de programas e dispositivos que proporcionem a divulgação sobre SAN para os atores envolvidos, assim como para o público em geral. Essas lacunas podem comprometer a eficácia das políticas públicas e das práticas locais. Tais deficiências suscitam as seguintes questões de pesquisa:

- a) Qual é a dinâmica informacional da rede de atores envolvidos na segurança alimentar e nutricional em Maricá? Como esses atores compartilham e divulgam suas informações dentro de uma rede de SAN?
- b) Existem iniciativas que se validam de agroecologia como base de seus projetos? Caso existam, como divulgam e compartilham informações com os demais setores?

Os atores que serão analisados dentro desta rede, podem ter uma chave valiosa na demanda por uma alimentação sustentável acessível no município.

1.2 Objetivos

Considerando as perguntas da pesquisa acima formuladas, destacamos a seguir os objetivos do trabalho.

1.2.1 Objetivo Principal e Secundários

O objetivo desta dissertação é identificar e analisar o modus operandi da rede de informações no campo da segurança alimentar e nutricional no município de Maricá, de modo a perceber eventuais problemas informacionais que possam estar comprometendo as políticas na área da SAN e propor soluções que possam sanar essas lacunas.

A ideia aqui é realizar um mapeamento do fluxo informacional envolvendo o conjunto de atores que atuam na rede de SAN, identificando as políticas públicas, os programas implementados, as pesquisas e as ações destes atores. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos secundários:

- a) identificar a partir da literatura elementos que podem contribuir para o aperfeiçoamento da rede de SAN no município de Maricá;
- b) mapear o fluxo de informação entre os atores relacionado à segurança alimentar e nutricional no município de Maricá;
- c) avaliar a coerência e eficácia dessas práticas informacionais na promoção da SAN.

2 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é detalhar a metodologia utilizada para a coleta e organização lógica de elementos necessários para o percurso que vai da pergunta de pesquisa, até os resultados finais, no intuito de alcançar maior compreensão sobre a dinâmica informacional da rede de SAN no município de Maricá, por meio da realização de um estudo intensivo e sistemático dos processos informacionais entre instituições, comunidades e outras entidades ou indivíduos associados ao tema, em um processo de ajuste do foco das ideias e refinamento das percepções (Gil, 2002).

A metodologia adotada na presente pesquisa consiste num estudo de caso, ancorado em discussões e conceitos levantados na literatura sobre redes de informação, sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional e temas correlatos. De acordo com Sátyro e D’Albuquerque (2020), um estudo de caso pode utilizar técnicas diferenciadas conforme o contexto, mas, “em geral, os textos básicos tratam mais das técnicas de coleta de dados, como análise documental, entrevistas em profundidade, entrevistas estruturadas e iestruturadas, grupos focais, entre outras” (Sátyro e D’Albuquerque, 2020, p. 22). A estratégia de pesquisa é qualitativa e exploratória, que é recomendada por Ventura (2007) em estudos de casos: “Uma grande utilidade dos estudos de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas  complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema” (Ventura, 2007, p. 3 .

A presente pesquisa também adota a metodologia da pesquisa-ação como eixo, permitindo o envolvimento ativo das instituições e sujeitos locais na construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem fortalece não apenas o levantamento de informações, mas a transformação de práticas e realidades, em diálogo com os saberes locais e territoriais.

Mas precisamos começar por um dos lados possíveis e escolhemos o lado empírico, com observação e ação em meios sociais delimitados, principalmente com referência aos campos constituídos e designados como educação, comunicação e organização. Não nos parece haver incompatibilidade no fato de progredir na teorização a partir da observação e descrição de situações concretas e no fato de encarar situações circunscritas a diversos campos de atuação antes  se ter elaborado  o conhecimento teórico relativo à sociedade como um todo  (Thiollent, 1986, p. 9).

Segundo os estudos de Thiollent (1986), os resultados podem construir ações, ao sugerir após a análise dos resultados, a aplicabilidade de mecanismos que facilitem os fluxos informacionais de SAN, pois o tema de Segurança Alimentar e Nutricional, clama por medidas que podem ser balizadas nas observações do campo empírico.

2.1 Procedimentos metodológicos

O mapeamento da rede de SAN envolve uma revisão documental junto aos atores com o acesso a publicações, documentos, eventos, legislação, programas e políticas públicas que envolvam a SAN. Além disso, considera o uso de ferramentas de visualização e análise de redes sociais (ARS), de modo a visibilizar os principais atores, análise dos fluxos de informação e pontos de conexão e outros aspectos que surgirem ao longo da pesquisa, elaboração e aplicação de questionário fechado e análise qualitativa dos resultados.

Os procedimentos metodológicos apresentados a seguir detalham o passo-a-passo da pesquisa:

- a) Etapa 1 – Revisão da literatura: conduzida por meio de uma leitura crítica e sistemática dos autores de referência com textos pertinentes aos temas deste projeto de pesquisa. Para os temas de agroecologia, segurança alimentar e nutricional, redes de informação foram utilizadas literaturas especializadas. A partir desse levantamento, se apresentaram os conceitos adotados no momento da elaboração da pesquisa;
- b) Também foram utilizados como fontes alguns artigos, legislação, relatórios, publicações, matérias jornalísticas, dissertações, teses, decretos, planos estratégicos, e outros materiais que tratem dos temas afins. No âmbito nacional, são referenciados marcos legais e documentos sobre segurança alimentar, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (11.346/06) e a EBIA, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar;
- c) Etapa 2 – Identificação dos principais atores ligados à SAN de Maricá. Na escolha dos Atores, foi utilizado o critério de atuação e relevância no tema Segurança Alimentar. Novos atores serão considerados a partir da própria dinâmica da pesquisa e também de sugestões dos membros já identificados. Até o presente momento os atores sugeridos são os listados no quadro 1:

Quadro 1 – Atores de Segurança Alimentar e Nutricional em Maricá

Ator	Missão
Associação de Moradores e Amigos do Manu Manuela (AMA).	conhecer o local suas necessidades, reivindicar os direitos dos moradores, buscar serviços públicos em benefício da comunidade e sugerir propostas de melhorias aos representantes dos poderes públicos.
Banco Mumbuca, banco de moeda social municipal	gerir os recursos da moeda social Mumbuca – criada em 2013 através de lei municipal, e ser o braço operacional do programa municipal de Renda Básica de Cidadania

Biotec, empresa subsidiária da Companhia de Desenvolvimento de Maricá	desenvolver sistemas bioeconômicos integrados, utilizando tecnologias inovadoras, de forma a diversificar a economia de Maricá e fomentar a geração de empregos e negócios sustentáveis, visando melhorar a vida das pessoas por meio da sua inclusão socioeconômica.
Codemar, Companhia de Desenvolvimento de Maricá, empresa de economia mista	elaborar e executar projetos estratégicos de fomento ao desenvolvimento do município, articulando ações e políticas públicas que olhem, ao mesmo tempo, para o bem-estar do cidadão e para a preservação do meio ambiente
Comsea Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Maricá, sociedade civil organizada	atuar como conselho consultivo para Segurança Alimentar e Nutricional do município
Cooperar, Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária, sociedade civil organizada	atuar em conjunto com diversas organizações para o desenvolvimento de empresas sociais em áreas de Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.
Copas, Cooperativa de Projetos e Alimentos Saudáveis, sociedade civil organizada	trabalhar através da inovação, em projetos compartilhados junto às instituições públicas, privadas e comunidade em geral, em prol do desenvolvimento social e sustentável, com enfoque na alimentação e na saúde.
ICTIM, Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, autarquia municipal	realizar pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, e o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços inovadores.
IDR, Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro, autarquia municipal	realizar coleta de dados e emprega conhecimentos de gestão, mapeamento, produção cartográfica e aplicação de geotecnologias para o planejamento estratégico e integração de políticas públicas. Contribui assim para a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento urbano sustentável
Restaurante Municipal Mauro Alemão, restaurante popular	iniciativa voltada às pessoas em vulnerabilidade. No local são oferecidas refeições a preços populares
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, órgão executivo	realizar a gestão do Posto Municipal de Defesa Agropecuária, ordenamento pesqueiro, gestão da política de agricultura, gestão da Fazenda Pública Joaquín Piñero, gestão da política de pecuária
Secretaria de Assistência Social, órgão executivo	promover o caráter público da seguridade social estabelecido na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Política Nacional de Assistência Social.;
Varal Solidário	Receber doações, de roupas e alimentos e fazer o repasse para pessoas em vulnerabilidade no bairro de Jacaroá, Maricá

Fonte: elaboração própria



- d) Etapa 3 - Coleta de dados: será feito uma pesquisa de informações sobre o que está sendo implementado, no setor de SAN pelos atores selecionados, dentro de um recorte temporal, baseado no último mandato do governo municipal (2021/2024). Serão mapeados os representantes dos atores que constituirão a rede de apoio a SAN, com o intuito de conhecer quais são suas principais missões,

ações implementadas e responsabilidades nas questões ligadas ao tema, neste intervalo de tempo.

Para que essas informações possam ser visualizadas e analisadas, está sendo elaborado um roteiro de perguntas. Este roteiro busca saber:

- a) Quais os documentos produzidos em relação a SAN?
- b) Quais atores dentre os elencados se comunicam?

Com o intuito de conhecer o grau de interação entre os atores será elaborada uma escala de 0 a 5 para classificar as interações.

- e) Etapa 5 -  Visualização de dados:  dados coletados de publicações e documentos, foram posteriormente processados pelo Gephi, um pacote de software para visualização, análise e manipulação de redes e grafos, utilizado pela autora para representar a rede de informação sobre segurança alimentar e nutricional no município.

Na pesquisa, considerou-se utilizar o método da Análise de Redes Sociais (ARS) para explorar as dinâmicas informacionais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Maricá. Esse método deve permitir a compreensão das trocas de informação entre os atores envolvidos, representando visualmente essas interações por meio de grafos. As métricas e medidas da ARS são fundamentais para identificar o papel de cada elo na rede, analisando sua posição estrutural e influência no fluxo de informação. Essa abordagem é relevante em Maricá, onde a identificação das interações e pontos críticos pode apoiar medidas mais eficazes para combater a insegurança alimentar.

A visualização das redes informacionais permite uma compreensão mais detalhada de como a informação circula no ecossistema local, revelando possíveis pontos de ruptura. Ao analisarmos as mediações simbólicas e materiais nesta rede, nos permitimos uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas na produção, circulação e acesso à informação. Isso também revela nuances nas relações de poder, nos conteúdos priorizados e nas reconfigurações dos sentidos científico, documentário e político.

- f) Etapa 6 – Resultados e discussão: A partir da análise documental, do desenho das redes informacionais e das considerações apontadas, os resultados foram integrados por meio de uma análise qualitativa, que serão objeto de uma discussão

final, fazendo um diálogo com a bibliografia, gerando reflexões, recomendações e intervenções informacionais visando à construção de um sistema alimentar sustentável e assim alcançar os objetivos da dissertação. A análise de rede foi conduzida com apoio do software Gephi, utilizando recursos de visualização e métricas básicas de centralidade para identificar padrões de conectividade e circulação de informação entre os atores. Embora inclua dados quantitativos, esta etapa foi interpretada a partir de uma perspectiva qualitativa, focada na compreensão dos significados e vínculos estruturantes da rede informacional.

3 SOBRE MARICÁ

Em 2024, Maricá está a dezesseis anos sob a égide de um governo progressista que tem como base a implementação de projetos de inovação social com um azeitado aporte financeiro dos royalties do petróleo. Transporte público gratuito, a moeda social Mumbuca e o incentivo ao estudo com o Passaporte Universitário, têm sido suas principais plataformas. Também foram implementadas uma série de ações no setor de alimentos, hortas urbanas, feiras agroecológicas, fábrica de desidratados e fazendas públicas estão entre outras iniciativas correntes no município. Mas um dado curioso é levantado, apesar dessas iniciativas Maricá ainda apresenta um alto índice de insegurança alimentar.

Segundo os dados mais recentes disponíveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, é de 197.300 habitantes. Esse dado é referente ao ano de 2022. Em 2021 o Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), uma autarquia municipal, criou o programa “Chegou a Sua Vez” que é uma parceria entre a Prefeitura e a ONU-Habitat. O objetivo do programa é identificar as famílias mais vulneráveis na cidade de Maricá e encaminhá-las de forma prioritária aos serviços básicos disponíveis no município. Para isso, pesquisadores aplicaram um questionário com o intuito de conhecer a composição familiar.

Cobrando uma ampla área da cidade o IDR inicia sua pesquisa com intenção de abarcar uma boa porcentagem da população. Tendo como ponto de partida os questionários, foram coletados dados a respeito de educação, saúde e qualidade de vida dos habitantes. A iniciativa foi uma ação integrada de combate à extrema pobreza existente no município. Segundo o relatório, as famílias identificadas em vulnerabilidade foram encaminhadas para um programa de atendimento especializado que busca mitigar a situação de emergência social.

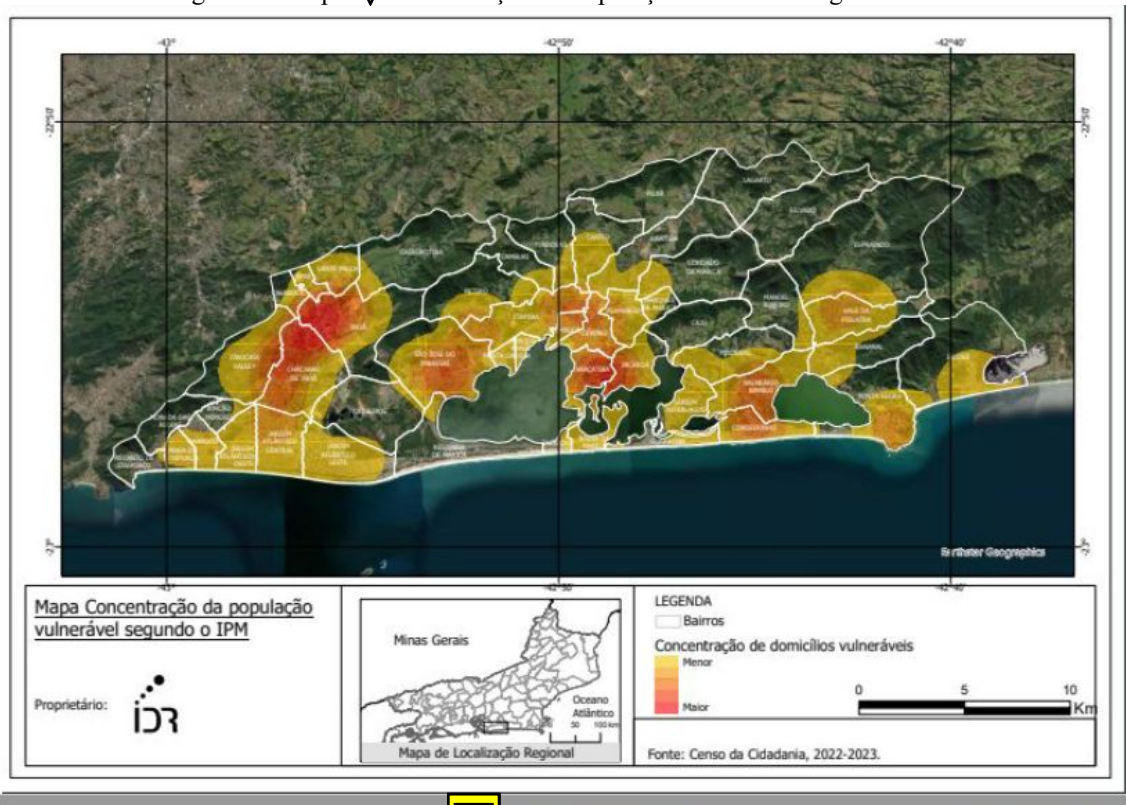
Mesmo com equipamentos de apoio e assistência social, os números e quadros encontrados foram alarmantes, residências com baixa salubridade, muitos residentes vivendo em apenas um cômodo, ausência de banheiro na residência, ausência de piso no chão, ausência de água potável, pessoas indocumentadas, baixo nível de instrução, muitos desafios foram observados pelos pesquisadores do censo. Comprovando que os programas de assistência precisavam ampliar sua atuação e intensificar ações nos bolsões de pobreza.

Com a análise dos dados coletados foi possível calcular o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), lançado em 2010 como complemento à mensuração da pobreza. Em vez de se concentrar apenas na renda, o IPM leva em consideração várias dimensões que

afetam a qualidade de vida das pessoas, como educação, saúde, condições de moradia e padrão de vida.

O IPM é calculado da seguinte forma, cada dimensão tem um peso específico. Uma pessoa é considerada "multidimensionalmente pobre" se experimentar privação em pelo menos um terço (33%) desses indicadores. O índice, então, reflete tanto o número de pessoas que enfrentam pobreza multidimensional, quanto o número de privações que essas pessoas enfrentam. Desta forma apresentamos abaixo a Figura 1 que apresenta o IPM distribuído no mapa de Maricá.

Figura 1 – Mapa de Concentração da População vulnerável segundo o IPM



Fonte: IDR – Censo da Cidadania 2022-2023

Assim como foi mapeado o IPM outros dados foram enunciados pelo IDR e apresentados em seu relatório, trazendo números sobre as questões sociais do município como as apresentadas na Figura 2.

Figura 2 – Dados sobre assistência social em Maricá



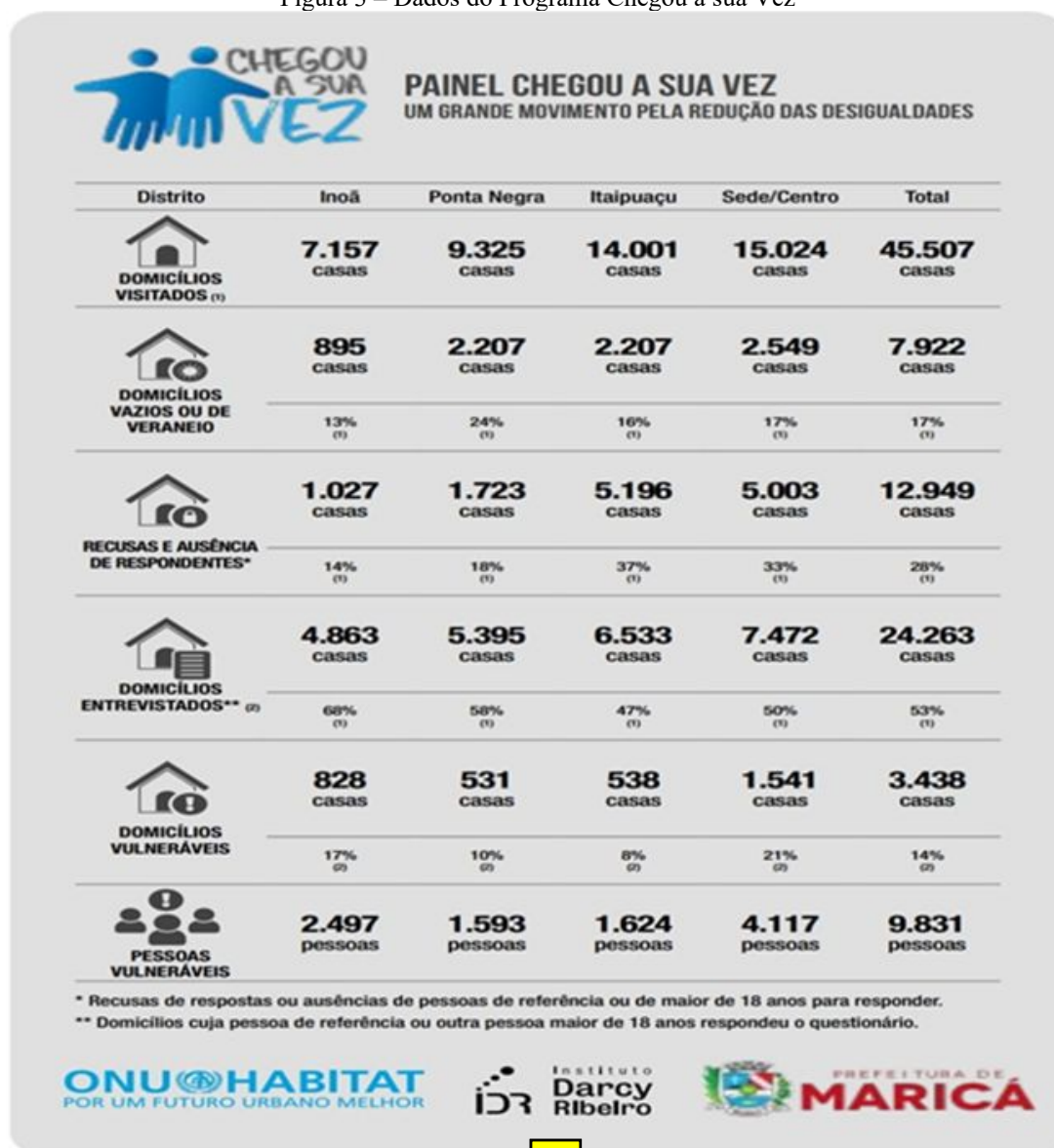
Equipamentos da Assistência Social (2020) ⁽¹⁶⁾	21 unid
Profissionais da Assistência Social - assistentes sociais e psicólogos (2020) ⁽¹⁶⁾	112 prof
Usuários no CadÚnico para programas sociais (2020) ⁽¹⁶⁾	63.304 cad
Famílias beneficiárias do Bolsa Família (2020) ⁽¹⁶⁾	6.699 famílias
Famílias assistidas pelo programa Renda Mínima Mumbuca (2017) ⁽¹⁷⁾	14.817 famílias
Famílias assistidas pelo programa Renda Básica de Cidadania (2020) ⁽¹⁷⁾	20.037 famílias

Fonte: Relatório Bianual, Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

Na primeira fase do Programa Chegou a Sua Vez, os resultados aferidos nos setores censitários, apontaram que muitos municípios possuíam um Índice de Desenvolvimento Social (IDS) abaixo da média, o que indica maior probabilidade de concentrar famílias em situação de vulnerabilidade. Esses territórios, que foram percorridos e visitados, concentram aproximadamente 60% dos domicílios de Maricá. Ainda existe um extenso território a ser pesquisado. O que pode aumentar esses números exponencialmente.

Foram identificadas pessoas que não acessam os serviços públicos municipais que já existem e aos quais elas têm direito. Está prevista a ampliação dessa segunda fase do programa onde se pretende alcançar os outros 40% de domicílios do município. E assim poder diagnosticar o território como um todo. Enquanto isso pode-se verificar na figura 3, conforme divulgado pelo IDR, que nos quarenta e cinco mil domicílios visitados, somente vinte quatro mil foram respondentes ao programa, e nos que responderam houve a identificação de quase dez mil pessoas em estado de vulnerabilidade.

Figura 3 – Dados do Programa Chegou a sua Vez



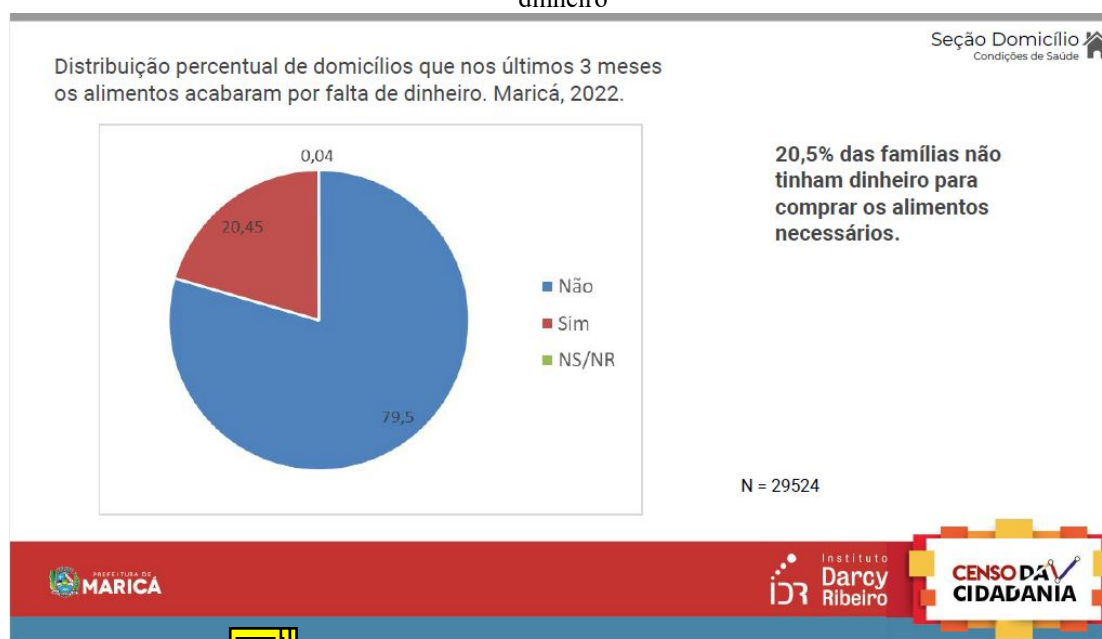
Fonte: Relatório Bianual, Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

Os dados secundários desta pesquisa também geraram números significativos em relação a insegurança alimentar. O trabalho desenvolvido apontou a abrangência e o impacto desses programas censitários de informação, identificando lacunas e necessidade de melhorias no acesso aos programas sociais. Estes documentos são instrumentos valiosos para subsidiar tomada de decisões, permitindo que sejam desenvolvidas políticas mais efetivas.

Quanto a insegurança alimentar os dados também demonstraram um panorama preocupante. O Instituto usou como base a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, a EBIA (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014), usando como estratégia um número menor de perguntas, com o objetivo de não cansar quem estava respondendo a pesquisa, foram utilizadas as seguintes perguntas:

- Nos últimos três meses, alguma vez, os alimentos acabaram por falta de dinheiro para comprar mais?
- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador deste domicílio fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador deste domicílio deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
- Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador deste domicílio comeu apenas alguns alimentos que ainda tinham ou foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições porque não havia dinheiro para comprar comida?

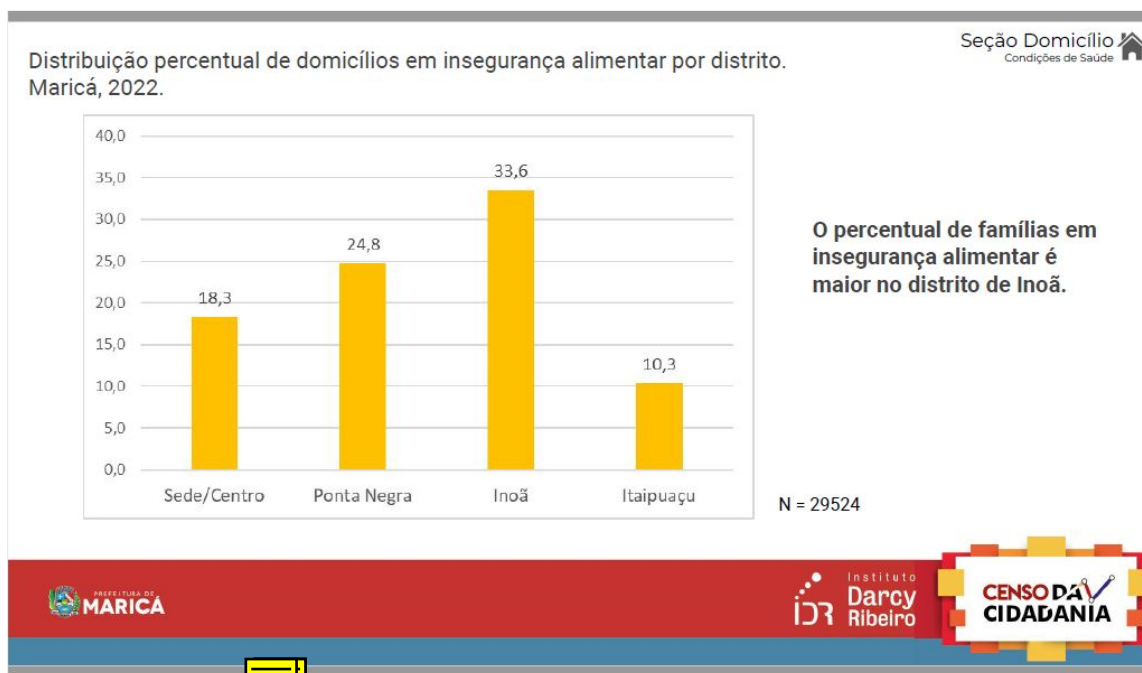
Com as respostas coletadas, o IDR apresentou os resultados apresentados na Figura 4:
 Figura 4 - Distribuição percentual de domicílios que nos últimos 3 meses os alimentos acabaram por falta de dinheiro



Fonte: IDR Maricá (2022)

Os resultados da pesquisa realizada pelo IDR, permitiram desenhar as zonas mais afetadas pela insegurança alimentar. De acordo com os dados secundários apresentados, em todos os distritos de Maricá existe um percentual de insegurança, sendo o mais acentuado, 33% em Inoã. Segundo a Figura, os números soaram alarmantes e ajudaram no mapeamento dos principais lugares em crise social.

Figura 5 – Distribuição percentual de domicílios em insegurança alimentar por distrito



Fonte: IDR Maricá (2022).

Uma outra questão examinada nestes altos índices de insegurança alimentar, levando em conta a pandemia de COVID 19, suas consequências e a retomada do período pós-pandêmico, sabido que houve um aumento populacional considerável no município, o que pode ter impactado a SAN. Segundo Waltenberg (2023, p. 102) “A Prefeitura de Maricá teve atuação rápida e eficiente na crise da saúde pública, em especial no que tange à Renda Básica”. Talvez essa rapidez de uma monetização no período de crise tenha atraído mais pessoas vulneráveis para o município.

Em seus estudos sobre Renda básica em Maricá, Waltenberg (2023) assinala a importância da criação de políticas públicas como base do desenvolvimento econômico e social pós-petróleo com a responsabilidade de combater desigualdades, incentivando arranjos produtivos locais nos setores agroalimentar, saúde e tecnologias. O autor aponta que saídas sustentáveis são um caminho promissor para uma Maricá do futuro, com foco no que já está sendo construído agora.

4 SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA QUESTÃO INFORMACIONAL

Neste capítulo serão apresentados alguns conceitos relacionados ao acesso e à falta de alimentos, também será discutido o papel da informação no sistema alimentar. Quais seriam as diferenças e as complementariedades entre fome e segurança alimentar e nutricional? Entende-se que a fome é um fenômeno fisiológico, onde o sistema nervoso central emite uma sensação de necessidade de alimentos, o organismo ao receber alimento sente-se saciado e pronto para realizar sua principal função, a sobrevivência. A segurança alimentar, está relacionada ao acesso aos alimentos, a regularidade, seu nível nutricional e sua origem sustentável. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), existem fatores subjacentes bem estabelecidos que contribuem para a insegurança alimentar e desnutrição, como a falta de acesso e a inacessibilidade de alimentos nutritivos, ambientes alimentares não saudáveis e desigualdade alta e persistente (FAO, 2023).

A imbricação dos temas Agroecologia, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional está documentada na pesquisa de Camejo e Rodriguez (2024), que relacionam esses três temas com a educação no campo. Para Maluf, (2007), a Soberania Alimentar faz parte da SAN, sendo um mecanismo para orientar as políticas públicas, enquanto Camejo e Rodriguez (2024) em seu estudo procuram “deixar explícita a necessidade da soberania alimentar como mecanismo na consecução da SAN” (Camejo; Rodriguez, 2024, p. 4), princípio que é compartilhado no presente projeto de pesquisa.

Uma pessoa pode se alimentar, estar sem fome, mas ainda assim estar em insegurança alimentar. O consumo de ultraprocessados com baixo valor nutricional por exemplo, podem causar riscos à saúde retirando a pessoa do estado de segurança alimentar. A insegurança tem uma escala que varia de moderada a severa, onde a fome seria o mais alto grau desta escala. Segundo o antropólogo Jesus Contreras (2015) a fome pode ocorrer por motivos diferentes:

A fome por falta ou escassez de comida pode ocorrer por diferentes razões. As exógenas são aquelas relativas às condições ecológico-climáticas próprias de uma região ou a calamidades naturais, como inundações, secas e pragas. As endógenas estão relacionadas a desigualdades estruturais e sociais, regimes políticos, conflitos étnicos, guerras, falta de infraestrutura, aumento dos preços (Contreras, 2015, p. 41).

A fome é uma questão que há muito tempo assombra o mundo todo, um tema globalizado que assume características próprias em cada território. Em terras brasileiras, assim como em boa parte do sul global a fome é presente, mas parece sofrer um processo de invisibilidade ou atenuação. Josué de Castro, teórico de referência no tema da fome, em seu

livro “Geografia da Fome”, destacou a existência de “fatores ocultos”, que ele descreveu como uma conspiração de silenciamento do debate sobre a fome.

Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas, conforme é possível notar, mesmo comparando com as poucas referências existentes sobre o assunto (Castro, 1984, p. 20).

Josué de Castro (1984) aponta que as informações a respeito da fome são suprimidas do campo social comunitário, como num projeto de alienação sobre as questões da escassez de alimentos. Para o autor, havia um silêncio, sustentado por interesses e preconceitos de ordem moral, política e econômica da civilização ocidental, que tornaram a fome um tema proibido.

Essa invisibilidade demonstra o quanto as relações de poder estão por trás da cadeia produtiva de alimentos. Além da omissão de muitos dados e da falta de divulgação adequada para um tema que com certeza interessa a todos, a desinformação parece reinar e obscurecer a realidade que está em pauta na luta diária por comida. Muitas vezes este conceito de desinformação, está a serviço do agronegócio e das grandes indústrias de alimentos. Marco Schneider em seus estudos sobre a verdade esclarece:

O universo da desinformação, em suma, é constituído por um amplo conjunto de informações, inclusive audiovisuais, quase sempre falsas, mas misturadas com elementos verdadeiros ou verossímeis em sua composição, elementos aparentemente racionais, supostamente fundamentados em evidências aparentemente reais (Schneider, 2022, p. 68).

Segundo dados recentes do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, a situação da fome atual continua aumentando ao redor do mundo, o documento publicado em julho de 2024, apresenta números alarmantes.

Estima-se que entre 713 e 757 milhões de pessoas, correspondendo a 8,9 e 9,4 por cento da população global, respectivamente, podem ter enfrentado fome em 2023. Considerando a faixa etária (733 milhões), isso é cerca de 152 milhões de pessoas a mais do que em 2019 (FAO, 2024).

Além dos resultados sobre a fome que assola o planeta, mesmo em países do Norte Global, ainda foram mencionados números crescentes de insegurança alimentar grave e moderada, com agravamento nos países mais pobres e a terrível constatação de que os campos agrícolas, ou seja, onde o alimento é produzido, são os lugares que mais estão sendo afetados, o que levanta a seguinte reflexão: Pessoas que produzem comida estão passando fome, ou não tem suas necessidades diárias de nutrientes atendidas.

Globalmente e em todas as regiões, exceto América do Norte e Europa, a prevalência de insegurança alimentar é consistentemente maior em áreas rurais do que em áreas urbanas, enquanto a prevalência em áreas periurbanas em comparação com áreas rurais difere entre regiões (FAO, 2024).

Nesse panorama onde a desnutrição apresenta seus números elevados, comprometendo as populações mais desfavorecidas economicamente, sabe-se que muitas vezes algumas refeições são puladas, ou um membro da família deixa de comer, em sua grande maioria, essa abstinência alimentar é praticada pelas mulheres, geralmente mães, que deixam de comer para garantia de alimentação da família. Em seus estudos sobre gênero e insegurança alimentar Venegas, Oliveira-Cardoso e Santos (2024) apontam:

As mulheres são vistas como instrumento fundamental no combate às carências alimentares por estarem na condição social de provedoras alimentares da família, já que há muito tempo são legítimas no exercício desse papel (Venegas; Oliveira-Cardoso; Santos, 2024, p. 11).

O direito humano de acesso aos alimentos está previsto na Declaração Universal de Direitos humanos desde 1948, em 2010 passou a ser um direito social na Constituição brasileira através da Emenda Constitucional nº 64, artigo 6º. Porém sabe-se que na prática essa garantia não está plenamente implementada (Brasil, 2010).

No Brasil, em 2006, de acordo com o documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (11.346/06), SAN (segurança alimentar e nutricional) é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Segundo os autores Mendes e Gonçalves (2023), em seus estudos sobre soberania e segurança alimentar, a Losan acrescenta uma dimensão mais ampliada ao conceito de segurança alimentar, atentando para a necessidade de observar as características de produção, alinhadas com a sustentabilidade e suas características culturais, além de levar em consideração o território e suas particularidades. Uma proposta mais ancorada na questão da exploração consciente dos recursos naturais, origem e tradições culturais.

Este acréscimo da dimensão nutricional foi resultado da insistência de grupos, principalmente de esquerda, ligados à defesa da agricultura familiar, que viam a necessidade de se ressaltar a qualidade dos alimentos fornecidos à população e, não somente, a quantidade destes. Este foco na questão nutricional rechaçava narrativas, nas quais o sucesso da Segurança Alimentar era mensurado apenas em termos quantitativos, favorecendo, assim, os investimentos apenas em técnicas de plantio

em grande escala, principalmente  as praticadas pelas grandes empresas do setor (Mendes e Gonçalves, 2023, p. 4) 

Ao observar essa lei 11.346/06, em conjunto com os conceitos da Ciência da Informação, é possível entender que a informação tem um papel crucial em vários níveis, dentre eles:

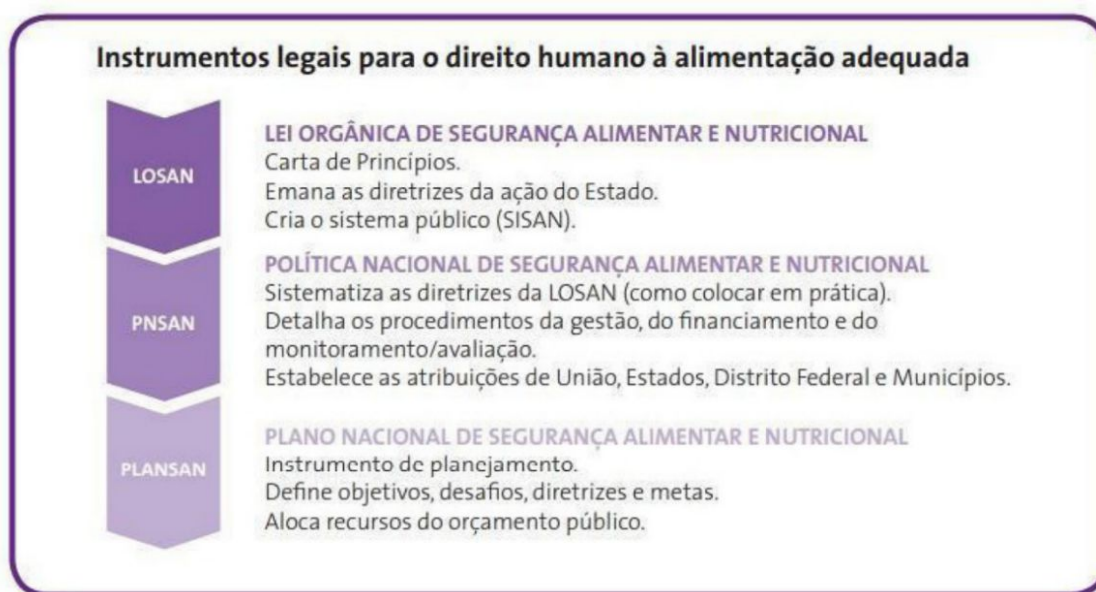
- a) Desempenhar um papel importante nas melhorias de acesso à informação sobre alimentos. A falta de acesso a informações relevantes sobre nutrição, agricultura, práticas de cultivo sustentável, entre outros, pode contribuir para a insegurança alimentar. Através de sistemas de informação e comunicação eficientes e acessíveis, é possível fornecer conhecimento relevante para ajudar as pessoas a tomar decisões informadas sobre alimentação e produção de alimentos.
- b) Compartilhar o conhecimento e boas práticas entre diferentes atores envolvidos na segurança alimentar. Isso inclui governos, organizações não governamentais, pesquisadores, agricultores e comunidades locais. Através da troca de informações e experiências, é possível identificar soluções inovadoras, melhorias nas práticas agrícolas, técnicas de conservação de alimentos e estratégias de fortalecimento da segurança alimentar.
- c) Conscientizar e educar sobre as questões relacionadas à insegurança alimentar. Através de campanhas de informação, programas educacionais e disseminação de conhecimento, é possível aumentar a conscientização sobre os problemas e desafios enfrentados na área da segurança alimentar. Isso pode levar a uma maior participação e engajamento da sociedade na busca por soluções e na promoção de práticas mais sustentáveis de produção e consumo de alimentos.

Leão e Maluf (2012) em seu livro sobre políticas públicas observam a Losan como fundamental na criação de programas combativos à fome:

A LOSAN, aprovada em 2006, é o principal instrumento que legisla sobre o tema no país e define a criação do SISAN com vistas a assegurar o direito humano a alimentação adequada. Ela é a carta que mostra os caminhos que a nação deve seguir no campo da segurança alimentar e nutricional, ao estabelecer os princípios do sistema: universalidade, equidade, autonomia, participação social e transparência (Leão e Maluf, 2012, p. 28)  

A implementação dessa lei possibilitou uma série de instrumentos legais, apresentados na figura 6 a seguir, que devem lidar diretamente com as questões de SAN no Brasil. Esse aparato legal traz legitimidade a muitas ações que podem ser fomentadas principalmente por meio de políticas públicas, suscitando programas que estejam engajados com uma cadeia

alimentar focada na produção local e assim colaborar para a mitigação de gargalos no setor de produção de alimentos sustentáveis.



Fonte: Leão Maluf (2012).

Losan vai além dos instrumentos legais ao implementar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Este sistema cria instâncias de gestão da SAN formando vários setores do governo. O Sisan é composto por três instâncias entre elas: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho de Segurança Alimentar (Consea) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (Caisan).

A regulamentação da Losan é um marco legal importante na segurança alimentar, para além deste conceito também é preciso referenciar a Soberania Alimentar. A soberania alimentar refere-se ao direito dos povos de acessar alimentos saudáveis, culturalmente adequados e produzidos por métodos ecológicos e sustentáveis.

Em relação à Soberania Alimentar, a principal diferença entre os conceitos reside na dimensão autonomia. A Soberania Alimentar não se preocupa somente com o acesso aos alimentos, mas qual a sua origem e a forma de produção. Consumidores, distribuidores e produtores são colocados no centro dos sistemas e políticas alimentares (Mendes e Gonçalves, 2023, p. 6).

Com isso, quando se pensa em soberania, entende-se que o conceito engloba o direito de cada comunidade definir seus próprios sistemas alimentares e políticas agrícolas, priorizando práticas que respeitem o meio ambiente, a biodiversidade e os saberes tradicionais. É um conceito que promove a autonomia das populações na escolha de como e o

que produzir, garantindo não apenas a segurança alimentar, mas também a preservação de suas identidades culturais e a sustentabilidade de seus territórios.

Alguns fatos históricos após a LOSAN:

- a) 2007 - Consea realizou a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - regulamentação do SISAN;
- b) 2010 - Modificação da Constituição - Garantia pelo Estado ao acesso à alimentos, como direitos sociais, Criação da PNSAN;
- c) 2011 - 1º. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015) - documento com metas, indicadores, responsáveis e orçamento para execução;
- d) 2013 - Desde 2002 até 2013 - 82% da população brasileira saíram da situação de subalimentação, o que permitiu a retirada do Brasil do Mapa da Fome da ONU;
- e) 2015/2016 - 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019);
- f) 2019 - Extinção do Consea, não ocorreu a 6ª Conferência, não foi publicado o 3º PNSAN 2019, fragilização de programas sociais, redução de investimentos na agricultura familiar, aumento da violência contra povos indígenas, populações negras e comunidades tradicionais;
- g) 2020 - Pandemia Covid-19, 33 milhões de brasileiros em estado de fome;
- h) 2023 - Retomada do Consea, 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.1 Avaliação da Segurança alimentar

No Brasil foi desenvolvido uma escala para gerar indicadores em uma tentativa de diagnosticar a fome no país. Dados importantes foram coletados tendo como base a EBIA, Escala brasileira de Insegurança Alimentar, objetivo de produzir uma escala própria para a realidade brasileira, capaz de medir de forma direta a Segurança Alimentar e Nutricional. Evidenciou-se um esforço que reuniu cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT). O grupo partiu da escala americana com 18 itens e trabalhou com abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa na validação de um questionário para uso brasileiro. Apresenta-se a escala para o conhecimento de como são coletadas informações sobre SAN na EBIA.

Atualmente, as perguntas pertencentes à Escala EBIA, são:

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
- 2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
- 3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
- 4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
- 5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
- 14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por  dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? (Ministério, 2014).



5 AGROECOLOGIA EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Uma vez que o conceito de SAN incorpora a sustentabilidade e saúde, a relação com a agroecologia é direta. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende apresentar alguns aspectos da literatura sobre agroecologia que ajudam a entender o seu papel para a sustentabilidade e melhoria de vida das populações mais pobres.

Cerca de 500 milhões de pessoas em todo o mundo, vivem em áreas que foram afetadas pela desertificação desde a década de 1980, alertou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU no Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas e Terra (IPCC, 2018) e as ameaças só estão aumentando em decorrência das mudanças climáticas. As previsões sugerem que mais pessoas poderão enfrentar eventos climáticos extremos, como secas e desastres naturais, que exacerbam os problemas econômicos, sociais e ambientais existentes o que contribui para o agravamento da vulnerabilidade, da pobreza, da insegurança alimentar, bem como dos problemas de saúde resultantes da desnutrição e da falta de acesso à água potável (IPCC, 2018).

O Instituto Fome Zero (IFZ) alerta que num “cenário de avanço do aquecimento global, com guerras e insistência da fome crônica em muitos países, é pouco provável que o compromisso de acabar com a fome até 2030, previsto no ODS 2, seja cumprido” (Campagnolla; Silva, 2023, sem paginação). Como forma de enfrentamento do problema da fome, o IFZ recomenda a agroecologia “como uma das escolhas mais adequadas para a transformação sustentável da agricultura familiar, resiliente ao clima e de baixo carbono (Campagnolla; Silva, 2023).

Silva e Issberner (2022, p. 56)  assinalam que a vulnerabilidade alimentar está diretamente relacionada com a condição de extrema pobreza, a qual se agrava com a perda de direitos sociais e a crescente omissão do Estado em garantir proteção social aos grupos mais vulneráveis. A agroecologia é uma resposta a esse desafio, pois, ao mesmo tempo pode garantir alimentos saudáveis no campo e nas cidades e gerar renda, sem que essa produção esgote recursos naturais e cause danos irreparáveis ao meio ambiente. A sustentabilidade socioambiental defende um modelo ancorado na justiça social, que leva em conta os limites planetários relacionados à finitude dos recursos naturais e à capacidade de receber resíduos poluentes da produção industrial. Atualmente, no que diz respeito aos alimentos, existe uma tendência atual para a globalização de produtos, industrializados, provenientes de monoculturas, geralmente ultraprocessados e afastados dos territórios onde são produzidos. Segundo Venegas, Oliveira-Cardoso e Santos (2024), esse modelo exerce a perda do contato

cultural e da procedência dos produtos, o que acarreta um descolamento de tradições e saberes tradicionais, além do que a industrialização geralmente é proveniente do uso inadequado de recursos naturais, segundo eles:

O movimento de homogeneização dos hábitos alimentares é fruto da industrialização, dos avanços tecnológicos e da modernização da produção agropecuária, que passaram a regular a opção preferencial à ingestão de alimentos que propiciem economia no tempo de preparo e que tenham status agregado ao seu consumo (Fenegas, Oliveira-Cardoso e Santos, 2024, p. 6)

Este modelo de agricultura global e industrial apresenta uma série de problemas que países como o Brasil precisam enfrentar para proporcionar maior índice de segurança alimentar. Os meios de produção em larga escala voltados para um padrão de consumo globalizado apresentam desequilíbrios ambiental, econômico e social. Altieri (2012) aponta que cultivos com ênfase na exportação, em meio às mudanças climáticas, tem efeitos maléficos significativos. Na sua percepção, o pesquisador infere que os riscos são severos e podem incluir incremento em inundações de áreas baixas, maior frequência de secas em áreas semiáridas e condições de calor excessivo, as quais podem comprometer a produção agrícola.

A agroecologia se apresenta como uma abordagem sustentável e consciente em relação à produção e ao consumo de alimentos, valorizando a agricultura local sem uso de agrotóxicos, onde é preservada a biodiversidade. Este método de cultivo recorre a práticas ligadas às tradições e aos saberes de seu território e dos povos que o habitam. Sua raiz é voltada para sustentabilidade um quesito importante para segurança alimentar. De Mello (2008) chama a atenção para o fato de que a agroecologia desempenha um papel essencial na conquista da SAN e da biodiversidade, mas no Brasil essa prática ainda é subvalorizada por parte das instituições oficiais.

Ribeiro *et al.* (2011), observaram que dentre as práticas agroecológicas que promovem a Segurança Alimentar e Nutricional estão a mudança nos padrões de consumo de alimentos, reduzindo a necessidade de comprar alimentos comercialmente e aumentando o consumo de alimentos com alto valor nutricional cultivados pela comunidade local, a exemplo de cultivos tradicionais como frutas e legumes.

Caporal e Costabeber (2001) apresentam em seus estudos a construção de uma estratégia que reúna agricultura, ecologia e sustentabilidade. Nesta perspectiva sistêmica, a qualidade dos alimentos está enraizada na qualidade do ecossistema onde são produzidos:

[...] necessitamos construir saberes ecológicos, agrônômicos, sociais e econômicos que permitam, de forma participativa, desenvolver processos toleráveis de exploração da natureza, compatíveis com as exigências de reprodução social da

agricultura familiar em seus diferentes segmentos. Em poucas palavras, meio ambiente e sociedade constituem os pilares básicos de qualquer proposta de extensão rural dirigida à promoção da qualidade de vida, inclusão social e resgate da cidadania no campo, implicando a busca incessante de contextos de sustentabilidade (Caporal e Costabeber, 2001, p. 6).

Uma possível resposta ao uso do solo, a agroecologia surge como uma alternativa, uma crítica às grandes monoculturas e aos sistemas tradicionais sem previsão de sustentabilidade, assumindo a existência e a aplicabilidade de técnicas de produção mais calcadas nos saberes tradicionais e locais da população originária destes territórios. Segundo o pesquisador Altieri a agroecologia possibilita um sistema onde a sustentabilidade dos recursos pode garantir a soberania e a segurança alimentar.

A ciência da agroecologia, a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas. Este método baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas (Altieri, 2010, p. 23).

Para Primavesi (2008) existem vários tipos de cultivo do solo, o tradicional (químico), o orgânico por substituição de insumos e o agroecológico. E isso sem dúvidas vai caracterizar qual a lógica implementada no uso dos recursos deste solo, se é meramente mercantilista ou se existe o emprego da sustentabilidade. Segundo a autora:

A Ecologia se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, bem como as inter-relações entre esses três componentes. Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, minimizando-as o máximo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado (Primavesi, 2008, p. 2).

No Brasil a agroecologia tem motivado o ativismo. Existem muitos exemplos de movimentos sociais que historicamente apresentaram interesse no desenvolvimento de um sistema alimentar mais equânime. Segundo pesquisas observa-se que a liderança feminina tem exercido um papel fundamental na luta por meios de produção de alimentos integrados a sustentabilidade. Na Amazônia, Milhomens e Gohn (2018) descrevem que a partir de 1970 nas lutas relacionadas às questões da terra, muitas mulheres tiveram protagonismo e apresentaram pautas e reivindicações para a garantia de direitos básicos fundamentais. Demandas importantes como saúde, alimentação, educação e segurança.

Em seu artigo sobre agroecologia e eco feminismo a pesquisadora Vale (2022) atenta para a luta engendrada por mulheres que parecem reconhecer os limites da terra com mais atenção. A autora aponta que geralmente a figura da mulher está ligada ao alimento:

[...] os movimentos de mulheres camponesas, agricultoras, quilombolas, indígenas, raizeiras, curandeiras, dentre outras, vêm nos ensinando outras formas de ser, fazer e realizar a vida em equilíbrio e harmonia com o meio natural e comunitário onde estão. Elas são ecologistas e economistas, a uma só vez (Varela, 2022, p. 6)

Essas mulheres das mais diversas origens e segmentos, trabalhadoras rurais, extrativistas, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas e indígenas estavam unidas pela necessidade do acesso a uma alimentação digna. Suas questões primordiais inspiraram a defesa dos direitos das comunidades tradicionais, como os povos indígenas e quilombolas, com conhecimentos ancestrais sobre práticas agrícolas sustentáveis e a preservação da biodiversidade. Desta forma mantiveram um eixo local de conhecimento para produção de alimento. Trazendo o sentido de saberes e pertencimento do território para agroecologia.

Em Maricá, também é possível observar algumas lideranças femininas no setor de alimentos. Hortas Urbanas e comunitárias, sociedade civil organizada, feiras livres. Muitos projetos ligados a alimentação sustentável apresentam mulheres agenciando e liderando essas práticas. Os saberes do território são preciosos na eficiência da política pública de combate à fome. A fome geralmente é uma consequência da não preservação das práticas originárias. Krenak adverte sobre a necessidade de buscar as origens:

[...] por exemplo, que não tivéssemos tanta dependência de comprar comida no mercado. Tem uns movimentos tímidos de pessoas procurando produzir seus alimentos e insistindo em comer alimentos saudáveis. Mas são muito poucos os que estão interessados em comer alimentos saudáveis e coragem de não comer o veneno que está servido na mesa (Krenak, 2015, p. 7)

Na observância desses projetos agroecológicos ligados ao território de Maricá, cabe destacar a importância da valorização dos saberes dos povos originários e do papel da "comida raiz" na construção da soberania alimentar, a partir de uma perspectiva decolonial. Nela, as raízes mostram os alimentos adequados a alimentação territorial. As pesquisadoras Díez-García e Castro apontam:

Os valores simbólicos atribuídos aos alimentos e rituais que envolvem a alimentação, que orientam a apreciação e, portanto, influenciam diretamente o consumo de alimentos oferecem uma perspectiva de análise ampliada para o conhecimento de um dado perfil alimentar. Esses valores apresentam nuances e expressam peculiaridades de grupos e segmentos sociais influenciados por aspectos ideológicos, étnicos, socioeconômicos, entre outros (Díez-García e Castro, 2011, p. 94).

Esse olhar de conectividade territorial deve estar sempre apontado para as práticas alimentares ancestrais garantindo que os atores possam ter como eixo central a construção de

caminhos informacionais coerentes com a origem do alimento de seu município. Conexão informacional e pautada por comida de verdade para o prato de quem está em vulnerabilidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Redes, o tecido social

Uma política pública eficiente de SAN depende da construção de um diálogo entre o poder público e a sociedade, o que requer o estabelecimento de canais adequados para que os fluxos de informação cheguem aos atores sociais envolvidos. Esse processo, que precisa ser multidirecional, é fundamental para garantir que todos os atores ligados à produção de informações sejam informados sobre as ações na área de SAN, contribuindo, assim, para a disseminação das informações necessárias para uma melhor compreensão dos problemas pela população e para a participação coletiva.

De que forma a construção de uma rede de informação pode contribuir para o aperfeiçoamento do fluxo comunicacional sobre Segurança Alimentar e Nutricional em Maricá? Nesta parte do trabalho busca-se compreender como os canais de comunicação estão sendo utilizados por diversos atores, como governo, organizações sociais, agricultores, e a própria comunidade para o intercâmbio de informações em nível oficial sobre práticas sustentáveis, programas de apoio alimentar e iniciativas comunitárias.

Em Maricá, onde a SAN ainda é um desafio, o mapeamento desses fluxos informacionais pode revelar padrões de colaboração, identificar hiatos de comunicação entre agentes públicos e a população e dessa forma potencializar as ações que visam garantir o direito à alimentação adequada. Segundo Sugahara e Vergueiro (2013, p. 79),  uma vez que os fluxos de informação movimentam as redes, o direcionamento desses fluxos pode fortalecer e delinear uma rede, proporcionando sinergia às funções nela desdobradas”.

Para o entendimento das Redes buscou-se compreender o que alguns estudiosos formularam a respeito do conceito. Entende-se que os sistemas de redes estão a serviço de um coletivo e dentro deste coletivo existem uma variedade de atores, cada um com sua especificidade dentro de um apanhado de conexões (Fialho *et al.*, 2018). As  redes de informação proporcionam o ambiente de conectividade, enquanto os dispositivos de informação desempenham papéis específicos dentro dessa infraestrutura, trabalhando em conjunto para facilitar a comunicação e o intercâmbio de dados. A eficácia desse sistema vai depender da integração eficiente entre esses elos (Marteletto e Couzinet, 2013).

Elias (1994) apresenta sua própria visão de organização da sociedade, o que coincide com aquilo que parece ser mais justo dentro da perspectiva de SAN. O estudioso aponta que só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os

indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão (Elias, 1994). Daí a necessidade de uma rede de funções interdependentes pela qual as pessoas estão ligadas entre si. Segundo Elias (1994),  se compreende uma melodia examinando suas notas separadamente, sem relação com as demais. Seguindo essa visão, nossa sociedade não poderia ser pacífica enquanto não for erradicada a fome, se todos não tiverem acesso a comida não estaremos livres de tensão. Esta tensão ainda é aumentada pela escassez de recursos e pela falta de informação que a sociedade tem a respeito do tema.

Por outro lado, ao suscitar a questão das desigualdades, Latour (2012) em seus estudos sobre as redes, assume a constatação de que existem hierarquias, assimetrias e desigualdades; o mundo social seria uma paisagem variada em vários aspectos. Para Latour (2012), o social passará a ser entendido a partir da associação entre agentes distintos humanos e não humanos. Essa interação é o que pode trazer novas respostas às mais variadas tensões, incluindo novos caminhos para a segurança alimentar e nutricional quando trabalhada dentro de uma ótica de Redes.

Ao propor a “Teoria do ator-rede”, - nomeada como ANT (*Actor-Network Theory*) - Latour (2012) revoluciona o que os cientistas sociais entendiam por grupos sociais, pois a partir do momento em que se leva em conta a dimensão das redes e do “mundo” que a tecnologia proporciona, o sentido de um “grupo” se transforma em uma realidade onde uma “homogeneidade” se rompe e as redes dão um sentido de associação. Segundo o autor, a sociologia não precisa ater-se somente ao óbvio, pois, só assim, pode-se chegar a outros caminhos que antes não tinham sido alcançados, só assim poderemos reagregar o social. Para Latour (2012, p. 23) a sociedade não é um contexto no qual tudo se enquadra, mas é “um tipo de conexão entre coisas que não são em si mesmas sociais”. 

O autor (ibidem) nos leva a encarar diversas incertezas sobre a Teoria Ator-Rede expondo que são justamente essas incertezas que irão consolidar as dimensões de sua teoria, seja no estudo de um grupo social ou mesmo nas ações de seus atores. Por fim, acompanhando este raciocínio, em Maricá deve-se seguir os atores, rastrear e descrever associações que possam trazer pistas sobre o acesso e a qualidade dos alimentos, esse é o trabalho – ou seja, tecer a própria rede de SAN. A rede não está lá, não é o que está sendo descrito, ela é uma ferramenta, um método.

Contextualizando seus estudos para a era digital, na Teoria Ator-Rede, a emergência destas novas tecnologias não se restringe apenas a um único setor, de modo que os fios das interações que tomam lugar nas novas mídias digitais “estão, agora, ubiquamente entrelaçados

no tecido da existência coletiva” (Venturini; Latour, 2019, p. 39). Em um breve levantamento sobre as iniciativas na cidade, percebe-se em Maricá, características de utilização de tecnologias de inovação tanto técnicas, quanto sociais, porém ainda há muito a ser compartilhado entre os próprios atores e a comunidade. O que se tem no contexto atual, é a existência de muitas iniciativas em relação a pesquisa, produção e distribuição de alimentos, mas parecem isoladas em seus contextos específicos, talvez isso não permita uma clareza de respostas para a SAN.

Latour e Venturini (2019), propõem que as novas tecnologias de informação não estão causando uma revolução nas ciências sociais como já causaram nas ciências naturais. Os dados ainda não são amplamente conhecidos, utilizados e compartilhados. Para os autores, agora seria o momento de uma virada, de reconhecer que as novas tecnologias digitais podem permitir seguir “cada fio de interação e mostrar como a vida social é tecida coletivamente” (Venturini; Latour, 2019, p. 39). As tecnologias podem sim, ajudar a criar elos que dinamizem o processo informacional.

Aprofundando um pouco mais sobre as Redes e seus caminhos, e como elas podem nos ajudar a compreender questões da segurança alimentar, em seus estudos sobre a polissemia das redes sociais na Ciência da Informação, Fialho *et al.* (2018) ressalta que vivemos em uma sociedade de redes e cabe a nós o papel de decodificá-las. São redes enraizadas que atuam como base de nossas atividades cotidianas. Estruturas importantes, as redes formam as relações sociais entre pessoas, organizações e grupos, onde se partilham valores, expectativas e interesses com uma gigantesca quantidade de fluxos que as colocam num nível de complexidade elevado. Dessa forma, as redes sociais seriam estruturas compostas por atores interdependentes, pessoas, grupos, organizações, interpretados como nós, que se encontram ligados uns aos outros por meio de arestas que representam relacionamentos sociais, ainda segundo os autores:

Uma rede social pressupõe um conjunto de nós que se encontram em interligação regular e que estimulam uma dinâmica e evolução da rede muito própria. Uma rede social é um conjunto de pessoas, grupos, organizações, etc. (atores) que se encontram ligados (nós) por relacionamentos sociais, imbuídos, por exemplo, por lógicas de cooperação, partilha, amizade (tipo de laços) e, através destas interações, desenvolvem e dinamizam uma estrutura social com uma identidade relacional muito própria, formando um ecossistema da rede (Fialho *et al.*, 2018, p. 20).

Ao refletir sobre o conceito de Redes de Elias (1994), Latour (2012) e Venturini (2019), e Fialho *et al.* (2018), pode-se inferir que essa metodologia aponta dimensões ecológicas e tecnológicas para a questão da fome. Uma abordagem de construção de medidas

informacionais, onde o ser humano ainda enfrenta as questões climáticas, as Redes podem ter uma agência bem ampla no contexto da disseminação e organização da informação. Com a utilização de dispositivos pode ocorrer um aumento destas conexões. Conhecer e compreender a complexidade desta rede social que envolve a SAN é o desafio posto. Entender o tecido, a trama e tudo que isso abarca, implica em um aprofundamento e na compreensão de seus novos paradigmas.

6.2 Dispositivos, informar e integrar

Uma possibilidade para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, em qualquer território, é ter ao seu dispor uma informação otimizada e eficaz. Maricá, por apresentar um alto índice de insegurança alimentar, poderia ter em vista a composição de uma rede social que possa ser formada por atores humanos e não humanos na busca por mais SAN no município. Os atores humanos são indivíduos ou grupos (instituições, organizações, comunidades) que participam ativamente de processos sociais e de comunicação. Exemplos incluem gestores públicos, agricultores, consumidores, pesquisadores. Atores não humanos são elementos materiais, tecnológicos ou infraestruturas que influenciam a dinâmica social. Exemplos: políticas públicas, legislação, plataformas digitais e redes de abastecimento.

Ao experienciar a composição desta rede, a cidade pode suscitar o emprego de dispositivos informacionais, como sites, plataformas, cartilhas, almanaques com o tema da SAN. O uso destes dispositivos pode facilitar a otimização do fluxo informacional. Para que seja possível identificar os dispositivos que já existam no município, ou mesmo sugerir a criação de outros elementos para circulação de informação, aprofunda-se neste capítulo o conceito de dispositivos. Desta forma apresentamos estudos sobre o tema, citando alguns estudiosos importantes como Foucault, Deleuze, Guattari e Agambem, além de aprofundarmos o conceito do dispositivo info-comunicacional, uma categoria apresentada pelas pesquisadoras Marteleto e Couzinet. Embora cada contribuição acima referida, tenha conceituado o "dispositivo" em contextos diferentes, seus estudos oferecem diretrizes valiosas sobre como entender as relações de poder, controle e subjetividade, destacando a complexidade das relações de agenciamento de elementos na sociedade contemporânea.

Sabemos que a escassez e a abundância em sua dualidade apresentam sentidos não somente antagônicos na semântica, mas também posicionam socialmente arranjos de acesso, distribuição e consumo. Comer é poder. Em seu trabalho sobre o poder Foucault explorou o

conceito de "dispositivo", especialmente em "Vigiar e Punir" e "A Vontade de Saber". Segundo o conceito desenvolvido por Foucault (*apud* Revel, 2011), o dispositivo é uma rede de relações que cria e mantém formas específicas de saber e poder. Os dispositivos disciplinares, como prisões e escolas, são essenciais em sua análise. Os dispositivos não apenas impõem regras, mas moldam subjetividades, controlando corpos e comportamentos por meio de técnicas específicas. “Para Foucault os dispositivos são definidos não somente como estratégia de controle, mas também como recursos para a ação, em perpétua reconfiguração” (Marteleto e Couzinet, 2013, p. 8). Esse controle também pode ser notado no acesso às informações sobre alimentos, que muitas vezes são amplamente distorcidas, garantindo uma perpetuação de sistemas alimentares nocivos ao meio ambiente e excludentes no quesito nutricional.

O poder é um componente importante na produção de alimentos e controla o acesso a comida e a informação sobre ela. Deleuze (1996) aborda o conceito de "dispositivo" em colaboração com Félix Guattari, como um sentido amplo, referindo-se a qualquer conjunto de elementos heterogêneos que se organizam para exercer poder e controle. Uma meada composta por linhas de natureza diferente que não delimitam um sistema. “Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (Deleuze, 1996, p. 1). Para Deleuze, o dispositivo não é apenas uma estrutura estática, mas um campo dinâmico de forças e relações. Ele é uma máquina que produz subjetividade, operando em níveis social, político e psicológico. Essa máquina parece alimentar a precariedade econômica de muitas pessoas, trazendo à tona a reflexão crítica sobre a viabilidade do modelo de alimentação atual, industrial, global e capitalista.

Em sua obra "O Que é um Dispositivo?", Agamben (2005) explora o papel dos dispositivos na produção de subjetividade e na regulação da vida contemporânea. Segundo o autor “É um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico ... dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos” (Agamben, 2005, p. 9). Para Agamben, o dispositivo é um mecanismo que captura e determina a vida humana, muitas vezes através de práticas biopolíticas. Ele destaca como o Estado moderno utiliza dispositivos para regular e governar populações, influenciando questões como cidadania, identidade e direitos. Regular a vida diz respeito às escolhas que são praticadas por esse determinismo, compreendem-se que não é possível optar por comportamentos que acolhem poucos e apavoram muitos, em uma cultura marcada pelo medo da fome no planeta.

Segundo Marteleto e Couzinet (2013), o conceito de dispositivo foi etimologicamente associado ao Direito, mas também utilizado em diferentes campos, como o militar por

exemplo, passando pelo sentido figurado de agenciamento. Um dispositivo tem uma finalidade a ser efetivada. É importante levar em consideração que o dispositivo infocomunicacional está associado aos quadros de ação dos sujeitos que o constituem. “um dispositivo é essencialmente um agenciamento de elementos o qual apresenta, também, a particularidade de estar fundamentado em uma intenção de articular meios em função de uma finalidade” (Marteleto e Couzinet, 2013, p. 3). 

Segundo as autoras o dispositivo infocomunicacional está inserido e conectado a outros objetos que o precedem ou sucedem. O dispositivo infocomunicacional funciona como uma rede que integra essas conexões de elementos. É preciso destrinchar esse conjunto de objetos para estudá-lo e compreendê-lo. Integrar os elementos pode ajudar na compreensão de que a segurança alimentar não depende somente de produtividade, que fatores sistêmicos podem ser muito mais importantes. Compreender a formação de uma rede, seu fluxo informacional, as operações de poder, os enfrentamentos e a dinâmica social envolvida, pode ajudar a solucionar porque a fome existe sem ter que existir.

6.3 Documentos, elementos fundamentais

Após estudar a importância dos dispositivos para referenciar a construção de uma Rede de SAN em Maricá, deve-se levar em consideração os instrumentos de análise que compõem esses dispositivos. O que nos leva aos documentos que desempenham um papel fundamental na construção de narrativas, políticas e estratégias para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Eles são mais do que registros de dados; atuam como veículos de comunicação que podem estruturar e orientar o fluxo de informação entre diferentes atores sociais. O mapeamento e a análise desses documentos são parte desta pesquisa.

Os documentos que devem ser alocados para essa pesquisa, serão tratados como base na construção de uma rede social, que tenha o alimento sustentável como foco. Ao acionar esta rede e seus dispositivos, pretende-se auxiliar no combate às estruturas antigas, que delegam o poder do acesso a alimentação ainda de forma excludente. Esse caráter informacional pode trazer novos arranjos na contenda à fome. E assim construir alternativas para quem está em insegurança alimentar. Segundo Capurro (2007), “é relativamente fácil contar o número das palavras em um documento ou descrevê-lo de outras formas; muito mais difícil é tentar descobrir para quem aquele documento tem relevância e quais as perguntas importantes que ele pode responder” (Capurro, 2007, p. 193). 

Na construção de uma rede de informação em Maricá, esses documentos se tornam pontos de conexão entre os diversos elos da rede. Essa rede, composta por pessoas, tecnologias, políticas e documentos, revela como a informação circula e influencia as práticas de SAN. Além disso, ao analisar o fluxo informacional futuramente espera-se explorar a possibilidade de identificar quais informações chegam aos atores mais vulneráveis e quais se perdem no caminho. Freire (2006) ao escrever sobre Paul Otlet, uma referência para a Ciência da informação, alude ao documento de uma forma transformadora, segundo ele:

[...] tornava necessário ordenar essa documentação de modo a dar uma resposta ao que lhe parecia o problema central de toda e qualquer sociedade, qual seja, como proceder para que o conhecimento registrado estivesse disponível para quem dele tivesse necessidade. Otlet trabalhava nesse sentido porque acreditava que a informação, uma vez recuperada, seria capaz de promover comunicação intelectual, mudança social e paz mundial (Freire, 2006, p. 6).

Documentos e dispositivos apresentam uma dinâmica interdependente, e moldam a forma como criamos, compartilhamos, consumimos e interagimos com informações. A convergência desses elementos é fundamental para a eficácia das práticas de comunicação da informação. Existem diversas teorias documentais e hoje em dia as tecnologias possibilitam uma forma exacerbada de armazenamento e compartilhamento de informação, o que nos faz refletir a respeito do que afinal é considerado um documento?

No artigo denominado O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”, Saldanha (2013) apresenta seus estudos sobre a dimensão simbólica do conceito de “documento”. O autor desenvolve uma cronologia com pensadores documentalistas, lembrando dos conceitos de pensadores importantes para a Ciência da Informação, desde suas origens com Paul Otlet e sua discípula Suzanne Briet; passando por Michael Buckland, Bernd Frohmann, Ronald Day e Niels Lund. Saldanha (2013) aborda a reconceituação das noções de “documento” e de “informação” baseado na construção simbólica da realidade. Para ele a linguagem é um complexo de signos que possibilita armazenagem, organização e transferência.

Um documento digital é uma representação registrada de informações que valoriza a multimodalidade, incluindo texto, imagens, gráficos e outros elementos informativos (arquivos eletrônicos). Alguns dispositivos como *sites* de transparência, tem um caráter de armazenamento documental e divulgação da informação contida nestes documentos. Integrando diferentes formas de mídia, os documentos digitais são frequentemente interativos, possibilitando a participação ativa do usuário. A interatividade pode incluir *links*

hipertextuais, botões interativos, elementos de realidade virtual, entre outros, proporcionando uma experiência personalizada e dinâmica.

A estrutura dos documentos digitais pode ser baseada em hipertexto. Essa abordagem favorece a não linearidade na construção do conhecimento, permitindo que os usuários explorem informações de maneiras não lineares e personalizadas. Além de promover a colaboração e a cocriação de conteúdo, onde diferentes usuários podem contribuir para a construção e expansão de documentos digitais. Plataformas colaborativas e wikis são exemplos de ambientes documentais que incorporam a participação ativa de múltiplos colaboradores.

6.4 Regimes de informação

Para que o contexto informacional de um sistema possa garantir uma excelência na dinâmica da circulação da informação, e assim dirimir as possíveis lacunas que abarcam o campo da segurança alimentar, entende-se ser necessário apresentar o conceito de Regimes de Informação. Segundo Gonzáles de Gómez, para a mediação da informação em um contexto de regime, é fundamental entender o processo de construção social:

O modelo das ações de informação contribui na reconstrução do regime de informação em domínio específicos, parecendo ser pertinente e eficiente em contextos locais e organizacionais delimitados, como uma grande empresa, um bairro  comunidade dedicada a agricultura familiar (González de Gómez, 2015, p. 17). 

Freire também apresenta sua visão a respeito dos Regimes, compreendendo o conceito como uma apresentação de sistemas organizados de coleta, armazenamento, processamento, disseminação e uso de informações. Estes sistemas são específicos em uma determinada área, setor ou contexto. Os Regimes de Informação são estabelecidos para facilitar a gestão eficiente e eficaz da informação, garantindo sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e utilidade. Segundo Freire existe uma conexão entre os Regimes e as Redes dentro do processo informacional:

Os atores sociais são responsáveis pela geração e recepção de informações no regime de informação, e os dividimos em duas categorias, humanos e não humanos, estes representados pelas ins  ões às quais os atores sociais humanos estão vinculados (Freire, 2021, p. 5). 

O conceito de Regime de Informação torna-se uma ferramenta para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação. Transversalidade que se estabelece na medida em que tais relações e interações perpassam uma ou mais esferas da cultura, da economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica e da vida cotidiana (González de Gómez, 2012, p. 43).

Ainda segundo Gonzales de Gómez no Regime de Informação as tecnologias da linguagem encontram uma forma de operacionalização utilizada pelas figuras do poder para configurar a informação. Há questionamento dos critérios prévios de definição e reconhecimento sobre o que é da ordem da política e da informação (González de Gómez, 2012).

O estudo sobre os Regimes de Informação indica a existência de possíveis instrumentos para a observância da prática de gestão de informações sobre SAN em Maricá. Como os dispositivos podem auxiliar na execução de funções específicas no âmbito da comunicação? A questão que se coloca é: como enviar, receber, processar e armazenar dados. A gestão informacional, nesse contexto, gera relações de poder que influenciam quem acessa a informação e quem fica excluído. As dinâmicas em questão exercem impacto direto sobre os atores que detêm poder de decisão acerca das políticas de segurança alimentar.

A ideologia é legitimadora das relações de produção e influência como a informação é produzida e distribuída. Se os dados são vistos como bem comum, há maior compartilhamento e menor assimetria informacional. A incidência de desigualdade na distribuição da informação remete a possibilidade dos dispositivos infocomunicacionais serem controlados por poucos agentes, construindo barreiras de acesso à informação e à tomada de decisão.

7 PESQUISA DOCUMENTAL

Foi realizada uma coleta de dados por meio de pesquisa em bases de informação, sites, matérias jornalísticas, arquivos institucionais, repositórios, utilizando procedimentos da pesquisa documental, com foco na coleta e análise de dados já registrados, em fontes secundárias as quais forneceram subsídios relevantes sobre políticas públicas, ações governamentais, iniciativas da sociedade civil e registros históricos ligados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Maricá. A pesquisa documental se caracteriza por examinar documentos existentes, permitindo uma análise crítica e contextualizada da realidade estudada.

Entretanto, dada a natureza digital de parte das interações analisadas, também foram utilizados elementos digitais. Isso se deu na observação e análise de publicações em redes sociais, páginas de coletivos dos atores institucionais, bem como na interpretação do comportamento, discurso e práticas dos participantes da rede em ambientes digitais. A pesquisa permitiu captar dimensões simbólicas, relacionais e informacionais, enriquecendo a compreensão sobre como os atores constroem, compartilham e disputam sentidos em torno da SAN em Maricá. A combinação dessas abordagens favoreceu a leitura dos dados, respeitando os princípios da pesquisa-ação e da multidisciplinaridade, essenciais para abordar fenômenos sociais dinâmicos e intersetoriais como os aqui propostos.

O intervalo temporal da pesquisa corresponde ao último ano do governo municipal. Este recorte diz respeito a atuação de um tipo de governança implementada sob a égide de um governo progressista, que vem apresentando inovações sociais significativas no município com o aporte financeiro dos royalties provenientes da exploração do petróleo.

Junto aos documentos pesquisados para balizar os conceitos da pesquisa, foi criado um instrumento de aferição, na forma de questionário contendo perguntas abertas e fechadas. As respostas apuradas trouxeram pistas importantes para a compreensão da possível teia ou rede que deve ser tecida com a presente coleta de dados.

Para a construção dessa possível Rede de Segurança Alimentar de Maricá, foi necessário o conhecimento prévio do campo empírico. Dada a sua condição de associada de uma cooperativa em atividade no município de Maricá, a autora optou pelo emprego do método pesquisa-ação. A aplicação do questionário teve início em outubro de 2024, sendo necessário estendê-lo até janeiro de 2025 em virtude dos resultados e das mudanças governamentais decorrentes do processo eleitoral. Durante esse período, especialmente os

indivíduos vinculados oficialmente ao governo não puderam estar disponíveis, em razão das possíveis alterações na liderança governamental.

Em pesquisas sociais como a realizada nesta dissertação, o uso de questionário é uma estratégia metodológica que combina a quantificação objetiva com a profundidade qualitativa das percepções dos participantes. Este instrumento misto tem um potencial de aferição tanto quantitativo quanto qualitativo. Destaca-se que o foco deste instrumento está no fluxo de informação compartilhado entre os participantes.

As perguntas fechadas apresentadas tiveram um caráter de objetividade e comparabilidade, pois ofereceram aos respondentes um conjunto limitado de opções de respostas. Elas foram particularmente úteis para quantificar comportamentos, percepções ou relações e neste caso o grau de interação entre os atores da rede. Este tipo de pergunta agilizou o tempo de resposta, o que facilitou a coleta de dados empíricos.

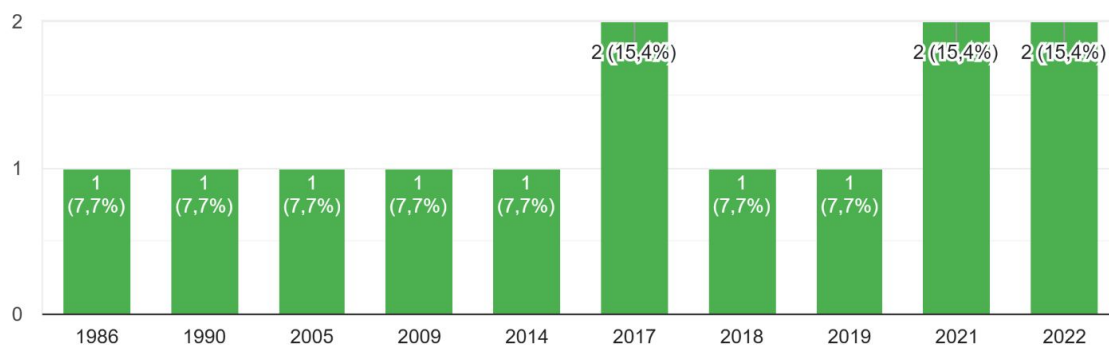
Já as perguntas abertas proporcionaram profundidade e compreensão do contexto permitindo que os participantes expressassem ideias e experiências com suas próprias palavras, enriquecendo o conteúdo qualitativo, onde é possível capturar a diversidade de vozes e experiências locais, como ficou evidente nas respostas sobre as ações de segurança alimentar e sugestões de melhorias. Além de identificar nuances, valores culturais, saberes populares e práticas invisibilizadas pelas estatísticas formais, tais fontes também revelam conexões não previstas pela pesquisadora, sendo uma excelente fonte que aponta para hipóteses futuras ou formulação de políticas públicas sensíveis ao território.

A Integração entre perguntas abertas e fechadas possibilitou uma abordagem mista, contribuindo para uma estratégia metodológica coerente com a pesquisa-ação, pois confere legitimidade e empoderamento aos participantes, escutando suas narrativas no processo de construção dos resultados aferidos. Com o intuito de preservar a identidade do respondente, optou-se por anonimizar o sujeito da pesquisa, de modo que as respostas fornecidas refletissem um caráter impessoal, levando em consideração as dinâmicas das instituições participantes. Alguns dados adicionais são demonstrados a seguir para uma compreensão do tempo de existência das instituições, onde é possível ver que a grande maioria surge a partir de 2017 (Gráfico 1). E, ainda, a maior parte dos respondentes também em grande parte assumem seus postos após 2017 (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Dados institucionais

Ano de criação da instituição

13 respostas



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 – Dados dos respondentes

Ano em que assumiu o cargo

13 respostas



Fonte: elaboração própria.

O questionário em sua íntegra encontra-se no apêndice A desta pesquisa. A plataforma Google Formulários foi utilizada para a aplicação das perguntas, que foram feitas em entrevistas presenciais e online. Foram gerados os documentos de resposta e visibilização dos dados em gráficos e quadro, algumas imagens foram retrabalhadas para assegurar uma compreensão mais apropriada. A seguir apresenta-se os resultados das perguntas abertas (Quadro 2).

Quadro 2 – Questões abertas

Nome da instituição	Ano de criação da instituição	1. Em poucas palavras descreva qual a missão deste projeto/instituição onde atua?	2. Quais são as ações realizadas por vocês para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional?	7. Você tem sugestões para melhorar a segurança alimentar e nutricional no município?
Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro	2018	Um centro de assessoramento estratégico, fornecendo dados, informações e indicadores que subsidiam a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas públicas baseadas em evidências em Maricá. O IDR é como um observatório de monitoramento da qualidade de vida da população.	Coleta de dados estatísticos e cadastrais sobre o quadro de (in)segurança alimentar entre a população maricaense. O IDR ele tem o papel de auxiliar a coordenação entre os diversos programas a partir dos cadastros construídos pela instituição, identificando as pessoas que estão na invisibilidade para o poder público.	Busca ativa. É necessário que o Estado busque ativamente as pessoas que, por diversos motivos, não acessam os programas municipais.
Copas	2021	A Copas é a primeira cooperativa de alimentos de Maricá ela surgiu com a necessidade de manter o trabalho dos pesquisadores e profissionais para atuarem na cidade. Um coletivo que pensa saúde, comida, segurança alimentar e território	Além de termos pesquisadores na cooperativa que estão com pesquisas em andamento na comunidade acadêmica, estamos em contato com produtores de alimentos e tomadores de decisão, além de manter contato com povos originários. Temos feito feiras agroecológicas. Desenvolvemos produtos com nosso laboratório gastronômico voltados pra Segurança Alimentar. Fazemos eventos de divulgação	Sem dúvida a informação precisa circular de forma a chegar em quem precisa. Tanto para os tomadores de decisão quanto para quem está em vulnerabilidade. Incentivar a agroecologia através da agricultura familiar. Fomentar as compras do município pra merenda escolar e restaurante popular. Fazer uma busca ativa nas comunidades que produzem comida assim como nos

			científica com o tema. Ano passado foi feita a primeira Jorna de Segurança Alimentar de Maricá.	bolsões de pobreza pra identificar a população vulnerável. Integrar as ações entre o governo, o Comsea e organizações civis. Estimular e divulgar a produção científica em torno do tema. Criar dispositivos de comunicação e informação sobre o assunto.
Restaurante Mauro Alemão	2021	O projeto é para ajudar a comunidade e oferecer refeições completas, aceitando moeda social Mumbuca. Auxiliar pessoas carentes, crianças e idosos.	Além do cuidado com o preparo, acompanhado de um projeto de insumos de hortas comunitárias, os pequenos produtores também recebem doação.	O município tem bastante projeto, com hortas abertas. Precisa mais divulgação e informação para o interior dos bairros. Levar informação em locais de pobreza.
Banco Mumbuca	2017	Produtor de crédito incubadora e patrocínios.	O benefício da moeda social é voltado para sobrevivência e dignidade para as famílias. Projetos de parcerias com feiras e agricultura familiar. Existe uma dificuldade de adquirir o alimento saudável.	Grande parte da população vulnerável não é alfabetizada. Não consegue fazer cadastro único isso dificulta que essas pessoas tenham acesso ao benefício. Existe dificuldade em aprender a desenvolver uma alimentação saudável. Evitar desperdício de alimentos. Precisa dar continuidade a um ecossistema alimentar. Compostagem, capacitação e fazer que outras famílias sejam assistidas. Baixar o valor do alimento para

				que possa chegar a mais famílias.
Codemar	2014	Promover condições necessárias para que o município possa ampliar a oferta de alimentos saudáveis	Construir uma rede de agricultores com cursos de formação um dos objetivos é levar essa produção para a merenda escolar e poder aumentar a renda do produtor. Promover cultivos com manejo orgânico. como a Fazenda Municipal Nossa Senhora do Amparo que já é certificada como orgânica.	Uma política de compra pública de produtos orgânicos. Promover as tecnologias. Expandir as feiras. Criar uma rede municipal para formação e estímulo no consumo de alimentação saudável.
ICTIM	2019	Desenvolver pesquisas e inovação para o desenvolvimento de Maricá	O projeto Ecosistema Cooperativo Territorializado que articula agricultores beneficiadores e clientes, em uma cooperação mútua entre os atores.	Valorizar o agricultor local, valorizar o acesso as áreas produtoras os pontos de venda direto do produtor. Valorização da produção e das características da produção local do alimento territorial com fator de cultura da localidade.
Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento	2017	A missão é falar da importância do alimento e aproveitar ele todo. economia circular da colheita até a casca. Ensinar a fazer. Principalmente mulheres que sofreram violência parceria com a Casa da Mulher. Um trabalho para reinserir no mercado com cozinha criativa e aproveitamento	auxiliar os agricultores para venderem para a merenda escolar, fábrica de desidratados e feiras agroecológicas. Em 12 de dezembro de 2024 inauguração do Mercado do Produtor. Para escoar a produção. capacitação de jovens no campo.	Capacitação dos jovens no campo para gera impacto na cidade. Falta um agente que possa passar informação para melhorias e entendimento das questões de quem trabalha no campo.

		integral dos alimentos. A prioridade é alimentação produtos higienizados selo de inspeção municipal e pontos de consumo.		
Projeto Servindo Amor/ Varal e mesa Solidários	1990	Fazer a mesa e o varal solidário pra tornar disponível produtos doados	Arrecadar roupas e alimentos para repasse para pessoas em vulnerabilidade	A Secretaria de assistência social teria que visitar as famílias. Tem de estar mais atuante. Todos têm que estar mais presentes, a Codemar, a Cooperar. Tem muita gente precisando de ajuda;
Biotec	2022	Garantir segurança alimentar do povo maricaense, desenvolver a agricultura familiar da cidade, possibilita o escoamento da produção dos agricultores e das indústrias locais, auxiliando na diversidade da economia local com foco nas pessoas e nas famílias.	desenvolvimento de uma fazenda sustentável que garantirá a produção de alimentos saudáveis para atender a merenda escolar. Divulgação de informação sobre segurança alimentar.	Estudar os bolsões de pobreza. Informação é o que mais falta. Ampliação e incentivo à agricultura familiar.
Secretaria de Assistência Social	2009	Planejamento e orientação de serviços, programas e projetos que envolvem a proteção social básica.	Não tem ação pontual. Existe a transferência de renda, bolsa família e Benefício Mumbuca através do CAD Único	investir em qualificação pra ter subsídio financeiro para aquisição de renda para o usuário se emancipar do benefício. O benefício é momentâneo é preciso incentivar a autonomia.
Comsea Maricá	2022	Garantir que normas sejam cumpridas,	A educação e a divulgação de maneiras	A segurança no município precisa de integração de

		fiscalizar e apoiar os órgãos que garantem segurança alimentar no município. A regulamentação da merenda saudável. alimentação nos hospitais e restaurantes populares.	saudáveis de se alimentar.	ações, fica tudo muito isolado, todos fazem muitos eventos, mas geralmente isolados.
Cooperar	2005	Colaborar com a transição agroecológica no município. A segurança alimentar é uma pauta dentro da Agroecologia. Recuperação do solo, direito dos trabalhadores do solo, capacitação, biodiversidade...	Produção de alimentos que vão pra 14 instituições, atendendo 1900 pessoas. Unidades pedagógicas e o alimento produzido nessas unidades é destinado para pessoas em insegurança.	Ter uma rede que consiga diálogo e dados mais transparentes. Incluir a secretaria de idosos.
Associação de Moradores Manu Manuela	1986	Uma associação sem fins lucrativos, composta só por mulheres. Tentar solucionar as demandas de saúde, educação, creche, quadra poliesportiva, casa de cultura de direitos, feira livre solidária, horta comunitária, horta em casa e Feirinha do Manu.	Saúde e agricultura familiar, horta comunitária, projeto horta em casa e Feirinha do Manu que faz doação de alimentos para 40 famílias. Trabalhar a questão da alimentação saudável e da soberania alimentar.	Que toas as comunidades tenham acesso ao que nossa Associação já tem. As ações de educação alimentar, afeto, acolhimento, retornar o plantio em casas e quintais.

Fonte: elaboração própria.

7.1 Análise Qualitativa das Respostas Abertas do Questionário

A partir da análise global das repostas institucionais, é possível traçar um panorama do coletivo sugerido pela autora como uma Rede de SAN em Maricá. Com o objetivo de compreender as percepções, práticas e desafios enfrentados pelos atores envolvidos, a análise das respostas permitiu identificar temas recorrentes e apontou caminhos para o aprimoramento das políticas públicas no território.

Pergunta 1. Em poucas palavras descreva qual a missão deste projeto/ instituição onde atua?

Missões institucionais: diversidade com potencial de complementaridade. As respostas à primeira questão evidenciam a diversidade de perfis das instituições participantes. Algumas possuem caráter técnico-estratégico, como o Instituto Municipal Darcy Ribeiro (IDR) atuando na geração e catalogação de dados e o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), desenvolvendo pesquisas científicas impulsionando soluções inovadoras. Outras estão diretamente envolvidas no executivo de governança e se utilizam de políticas públicas, como as Secretarias Municipais e o Restaurante Popular Mauro Alemão. Destacam-se ainda coletivos da sociedade civil organizada com forte inserção territorial e foco na agroecologia além da presente mobilização comunitária, como a Copas, a Cooperar e a Associação de Moradores Manu Manuela.

Essa diversidade, embora desafiadora, revela-se como um atributo enriquecedor para a consolidação de um ecossistema colaborativo multidisciplinar capaz de enfrentar os aspectos que compõem a SAN. No entanto, conforme a demonstração dos resultados observa-se que essa pluralidade ainda carece de articulação efetiva e precisa de medições culturais e estratégias para garantir uma rede eficaz.

Pergunta 2. Quais são as ações realizadas por vocês para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional?

Ações e práticas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Conforme a apresentação das respostas, as ações desenvolvidas pelas instituições foram agrupadas em três eixos principais que demonstram o recorte institucional característico de suas identidades e atuações:

a) Produção, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis

Feiras agroecológicas, hortas comunitárias, redes de agricultores e projetos voltados à merenda escolar são exemplos das estratégias aplicadas ou sugeridas pelos atores e voltadas à soberania alimentar. Instituições como a Codemar, Biotec, Copas e a Secretaria de Agricultura têm protagonismo nesse campo, com destaque para a criação do Mercado do Produtor, que ainda não funciona efetivamente e da Fábrica de Desidratados atuante no município.

b) Educação alimentar e valorização cultural da comida

A formação de mulheres em situação de vulnerabilidade (Secretaria de Agricultura), a Jornada de Segurança Alimentar (Copas) e o trabalho pedagógico com o alimento (Cooperar)

evidenciam o papel da comida como ferramenta de transformação social e promoção da saúde, busca-se através destas esferas de letramento alimentar, capacitar a sociedade para um alimento mais compatível com sua territorialidade, dentro de um viés agroecológico. Tanto para aquele que trabalha com as questões alimentares (restaurantes, beneficiadores, nutricionistas, produtores), quanto para o público em geral (estudantes, consumidores), conhecer a origem, os meios de produção e as características do alimento, promovem tradições e saberes que tornam a comida algo de extremo valor cultural.

c) Inclusão social e acesso à informação

A atuação do IDR no mapeamento da insegurança alimentar, associada à política de renda básica via Banco Mumbuca e à ação solidária de iniciativas pontuais como o Varal Solidário, apontam para a urgência de mecanismos de inclusão ativa. Muitas das respostas indicam a necessidade de busca ativa por populações invisibilizadas e vulneráveis. A informação não chega onde não existe comida. Assim como não existem condições básicas de sobrevivência. Entender que buscar é fundamental e urgente, para que pessoas possam se documentar, ter acesso aos programas de apoio e benefícios, entender seus direitos e efetivamente poder transformar os bolsões de miséria em passado.

Pergunta 7. Você tem sugestões para melhorar a segurança alimentar e nutricional no município?

Desafios estruturais e sugestões. As respostas ao questionário apontam que as instituições enxergam diversos caminhos que podem contribuir para a implementação de SAN em Maricá. Entre os desafios identificados pelas instituições, três grupos se destacam:

a) Comunicação ineficaz e fragmentação informacional

Muitas organizações relataram a dificuldade de circulação de informações entre os atores da rede. Há uma percepção generalizada de que os esforços são desarticulados e que a integração entre os setores ainda é incipiente. O que corrobora com a necessidade real de maior interação entre todos. O Comsea, um conselho consultivo, por exemplo, aponta que grande parte dos eventos ocorrem de forma isolada e muitas vezes as ações efetivas não progridem para aplicação de melhorias no campo da SAN.

b) Falta de mediação territorial contínua

A comunicação com o território é uma mola propulsora nas mediações das informações, a ausência de agentes culturais comunitários que promovam o diálogo entre o poder público e as comunidades é um dos gargalos mais evidentes. Nesse sentido, entende-se que a figura do Agente Comunitário de Saúde já instituída, pode ser sugerida como potencial mediador, capaz de exercer esse papel articulador, dada sua proximidade com as famílias e cotidiano nos bairros mais acometidos pela vulnerabilidade alimentar.

c) Invisibilidade das populações em extrema vulnerabilidade

Entende-se que a percepção sobre o acesso a comida de qualidade ainda está muito aquém do que é a realidade do município, onde os dados apontam para um N de 30.000 pessoas em insegurança alimentar. As camadas sociais mais favorecidas parecem desconhecer essa estatística. Além disso existe a dificuldade de acessar benefícios por parte de pessoas analfabetas, incluindo o analfabetismo digital, o que torna a comunicação inacessível em muitos momentos. Outro fator observado é a carência de mecanismos de busca ativa, este fator foi apontado por instituições como o Banco Mumbuca, o IDR e a AMA Manu Manuela, demonstrando que ainda há lacunas importantes a serem preenchidas neste campo, pois a falta desta busca perpetua a manutenção da escassez.

Em resumo pôde-se observar que o instrumento de aferição identificou nas respostas dos atores entrevistados, uma diversidade de propostas emergentes. Com base nas sugestões oferecidas, elencam-se propostas concretas para fortalecimento da SAN em Maricá. Com a possibilidade da criação de uma rede de informações, as instituições poderão trocar dados pertinentes ao assunto, pode se considerar que os mesmos sendo compartilhados possuem a uma interlocução necessária para garantir celeridade ao processo de mitigação de vulnerabilidade alimentar. A seguir apresenta-se alguns eixos temáticos sugeridos pelos atores:

- a) Busca ativa sistemática para identificar famílias em situação de insegurança alimentar;
- b) Valorização e incentivo à agricultura familiar e produção territorializada;
- c) Ampliação de ações de educação alimentar e divulgação científica.

Ao refletir sobre a metodologia de pesquisa ação, que permite que os resultados orientem a construção de iniciativas concretas, a autora desta dissertação sugere a criação de um programa municipal de combate à fome, nos moldes do "Fome Zero Maricá". Seguindo as

indicações dos estudos de Thiollent, a pesquisa destaca o papel da Ciência da Informação na aplicabilidade de mecanismos que otimizem os fluxos informacionais. Diante da urgência da Segurança Alimentar e Nutricional, torna-se essencial adotar medidas respaldadas nas observações do campo empírico, conforme defendido pelo autor.

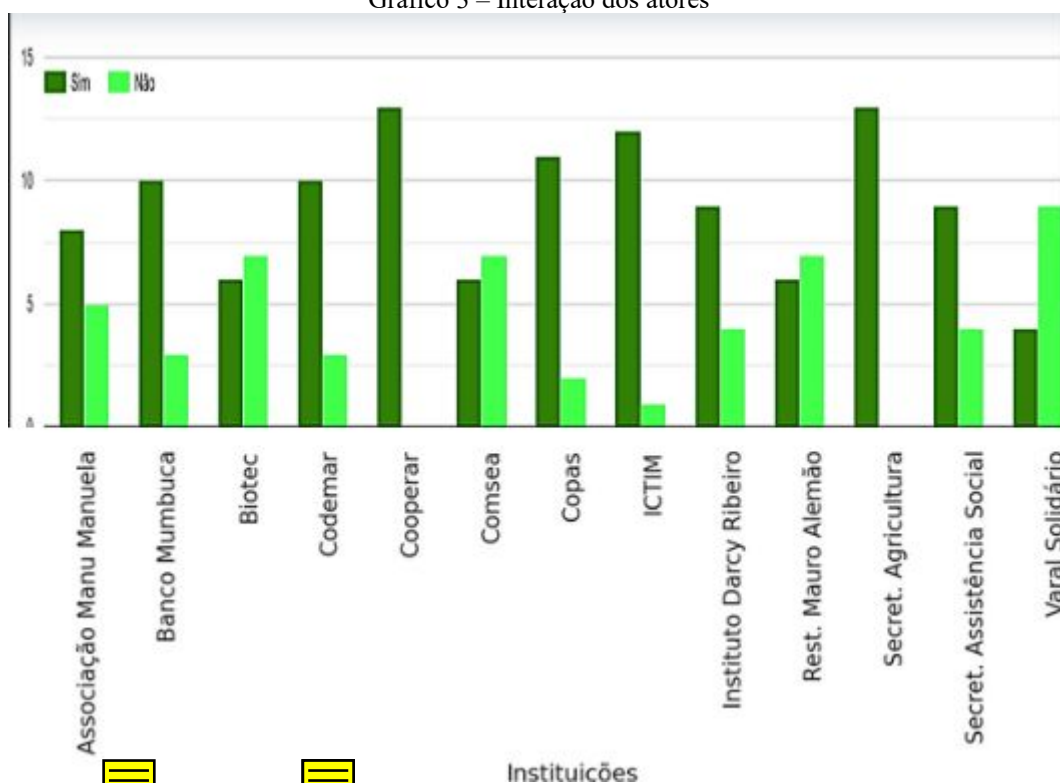
Em Maricá, o campo empírico apresenta, através de seus entrevistados, resultados que demonstram a necessidade de integração das ações já existentes, com novos dispositivos de articulação, formação e distribuição de alimentos, incluindo uma Rede de Informação de Segurança Alimentar de Maricá.

7.2 Análise das Perguntas Fechadas sobre Interação entre Atores Locais na Área da Segurança Alimentar e Nutricional em Maricá

Pergunta 3. Dentre os atores que atuam no município na área da Segurança Alimentar e Nutricional, com qual delas você mantém contacto?

A partir da pergunta 3 do questionário aplicado aos diferentes atores envolvidos com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de Maricá, foi possível identificar os níveis de articulação entre os diversos participantes da rede. A questão solicitava aos respondentes que indicassem com quais instituições eles mantinham contato. O gráfico resultante apresenta as respostas "Sim" e "Não" para cada uma das entidades listadas. Atestando que quanto maior o número de respostas positivas, maior a interação com os outros integrantes.

Gráfico 3 – Interação dos atores



Fonte:  colaboração própria. 

Os principais resultados observados são descritos de acordo com a articulação dos atores em relação aos outros do grupo de entrevistados, o questionário permitiu a observância do grau de interação entre eles e podemos dividir esta observação em algumas categorias subsequentes:

- a) Alta articulação: Atores como Cooperar, Secretaria de Agricultura e Copas demonstraram altos índices de contato com outros agentes, evidenciando articulação mais ativa na rede local de SAN. Isso reflete suas atuações, tanto em termos de presença territorial quanto de colaboração interinstitucional, porém é preciso ressaltar que o tema ligado ao acesso de alimentos pode gerar maior centralidade para esses atores, pois seus focos de missão institucional são intensamente interligados aos alimentos, tanto na distribuição, quanto na produção em Maricá. Desta forma esta centralidade pode ser por conta de suas naturezas e não pela distribuição de informação sobre SAN. Instituições científicas e de dados: ICTIM e Instituto Darcy Ribeiro (IDR) também apresentaram altos níveis de contato, destacando o papel das instituições de pesquisa na geração de evidências e suporte às políticas públicas. Presença da sociedade civil organizada: A Associação de Moradores Manu Manuela, apesar de ser uma organização

comunitária, teve um nível expressivo de contato, refletindo o protagonismo das mulheres e das lideranças locais nas práticas de soberania alimentar;

- b) Articulação moderada ou baixa: Varal Solidário, Restaurante Mauro Alemão, Biotec e Comsea foram citados com menor frequência de contato, sinalizando a necessidade de maior visibilidade e integração desses agentes na rede de SAN.

Com base na abordagem metodológica da pesquisa-ação, apresenta-se como uma análise crítica a revelação de que a rede de SAN em Maricá é parcialmente articulada, com alguns nós de contato muito fortes e outros ainda pouco explorados. Ao compreender esta assimetria no diagnóstico dessas lacunas a pesquisa-ação pode agir diretamente no fortalecimento de vínculos institucionais através da mobilização dos sujeitos, do diálogo intersetorial e da construção coletiva de soluções.

Dentro desta abordagem metodológica são propostas intervenções estratégicas para fortalecer a rede. Entre elas, destaca-se a criação de espaços permanentes de diálogo, como fóruns ou rodas de conversa entre todos os atores identificados na pesquisa. Mapeamento dos pontos de fragilidade da rede, promovendo oficinas de articulação com foco nos atores menos conectados. Institucionalização de um Comitê Gestor de SAN, garantindo a representatividade da sociedade civil, do setor produtivo e do poder público na definição e implementação de políticas.

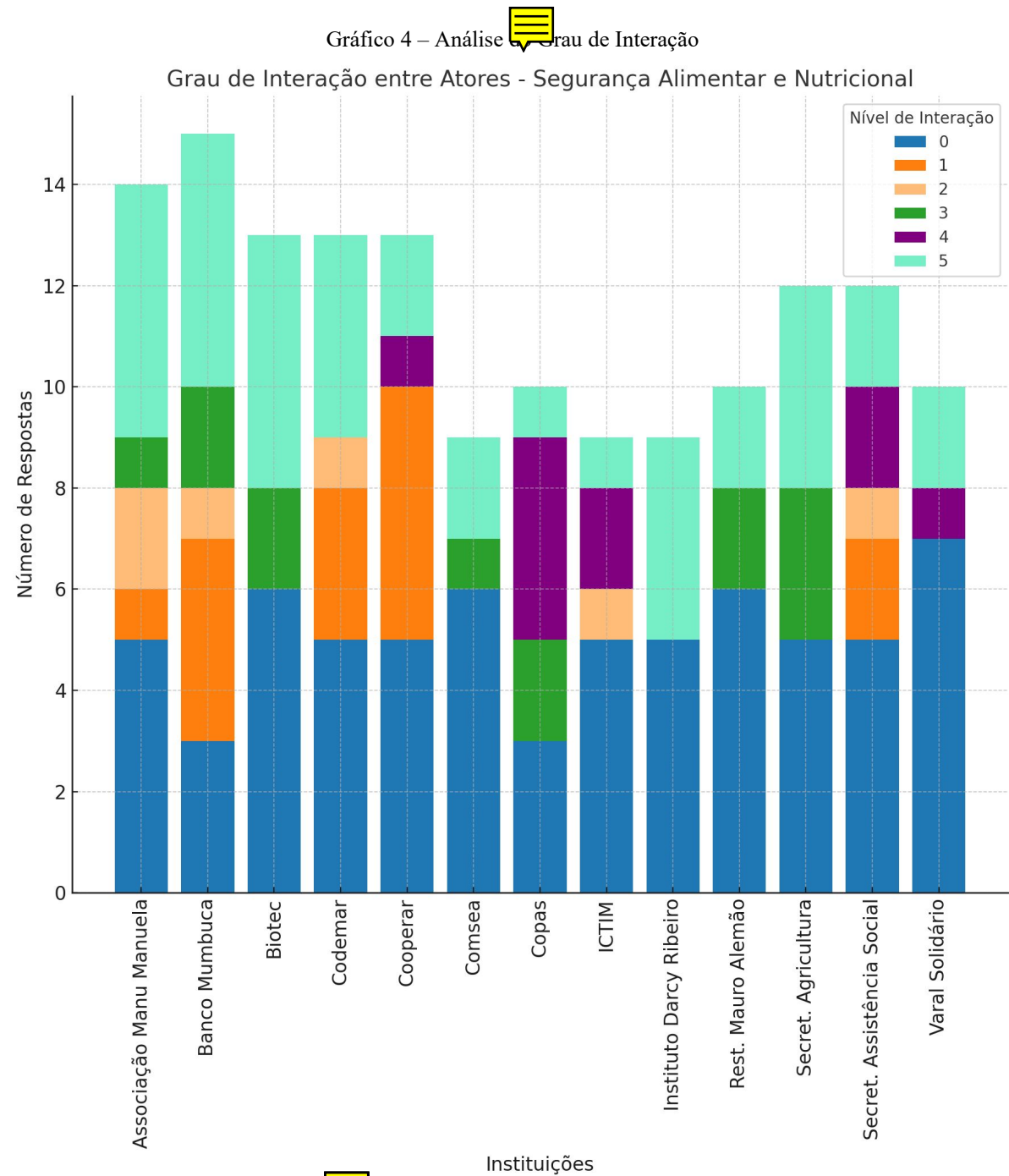
Pergunta 3.1. Se mantiver contato com outro(s) ator(es) na área de Segurança Alimentar e Nutricional, qual(is)?

Além dos atores sugeridos pela pesquisadora foi solicitado na pergunta 3.1 sugestões de outros possíveis atores que possa compor a Rede de Informação de SAN em Maricá, desta forma aparecem nomes como: Coopescar, MST, Associação dos Feirantes de Maricá, Secretaria de Cidade Sustentável, Restaurante Escola, Secretaria de Economia Solidária e Lar dos Pequenos.

Pergunta 4. Grau de interação com os outros atores: numa escala de zero a cinco, onde zero é nenhuma interação e 5 é interação muita interação, escreva o número que corresponde ao tipo de interação que sua instituição mantém com cada um dos atores abaixo:

Com base nas repostas da pergunta 4, que mede o grau de interação entre os atores do território na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em uma escala de 0 (nenhuma interação) a 5 (muita interação), é possível realizar uma análise crítica para fundamentar

propostas de articulação territorial mais efetivas. Para uma melhor compreensão desta interação, foi gerado o Gráfico 4, permitindo uma visualização clara da intensidade dos relacionamentos identificados.



Fonte: elaboração própria.

Análise dos pontos principais observados no Gráfico 4:

A baixa ou nenhuma interação (nível 0) ainda é dominante em diversos casos:

Varal idário, Biotec, Comsea, e Restaurante Mauro Alemão demonstram um baixo nível de integração institucional, com têm altos índice de interação 0. Isso reforça a necessidade de interação mais efetiva entre os atores relevantes. Os valores aferidos indicam que alguns atores atuam de forma isolada ou possuem baixa capacidade de articulação em rede, o que limita o potencial de cooperação e fortalecimento coletivo no território.

Interações médias (níveis 2 a 3) predominam em: Secretaria de Assistência Social, e Associação Manu Manuela. Mostra que há vínculos potenciais que precisam ser fortalecidos por dispositivos de mediação.

Alto grau de interação (nível 4 a 5) aparece com destaque para: ICTIM, Copas, Codemar, Cooperar e Secretaria de Agricultura. Esses atores já estão bem inseridos nas dinâmicas coletivas do município, sugerindo que podem ser nós-chave (hubs) na articulação da rede SAN.

Ao analisar a rede de colaboração, observa-se uma diversidade nos níveis de interação, o que demonstra um padrão fragmentado. Enquanto alguns centros se mostram bem articulados, há também a presença de periferias institucionais menos conectadas, limitando a integração entre os atores. Essa assimetria pode impactar diretamente a eficiência informacional no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), dificultando o fluxo de comunicação e a articulação entre os agentes envolvidos.

Ao mapear os graus de engajamento e lacunas de comunicação fica evidente o a necessidade de investimento em visibilidade e continuidade de ações sociais de base comunitária para SAN. Criando a possibilidade de cooperação intersetorial para inovação social necessária no campo. Os caminhos apontam para ativar redes locais de confiança, promovendo escuta ativa e ações conjuntas para estruturar processos formativos entre os próprios atores sociais. Enxerga-se como parte significativa desta construção de fluxo informacional o estímulo de interações entre atores que hoje quase não se comunicam.

O fortalecimento das capacidades informacionais de articulação e decisão exige a adoção de agentes culturais ou comunitários de integração, que possam exercer o papel de mediadores entre instituições e população em situação de vulnerabilidade. O uso de ferramentas digitais simples e acessíveis, como grupos de WhatsApp e plataformas colaborativas, possibilita a articulação de ações em tempo real, ampliando o alcance das iniciativas. Fica claro que o planejamento participativo interinstitucional é um instrumento para fomentar confiança mútua, corresponsabilidade e trocas de saberes entre os atores. Nesse contexto, a integração dos povos originários e dos saberes tradicionais surge como verdadeiras pontes de reconexão informacional resgatando práticas alimentares num processo decolonial e

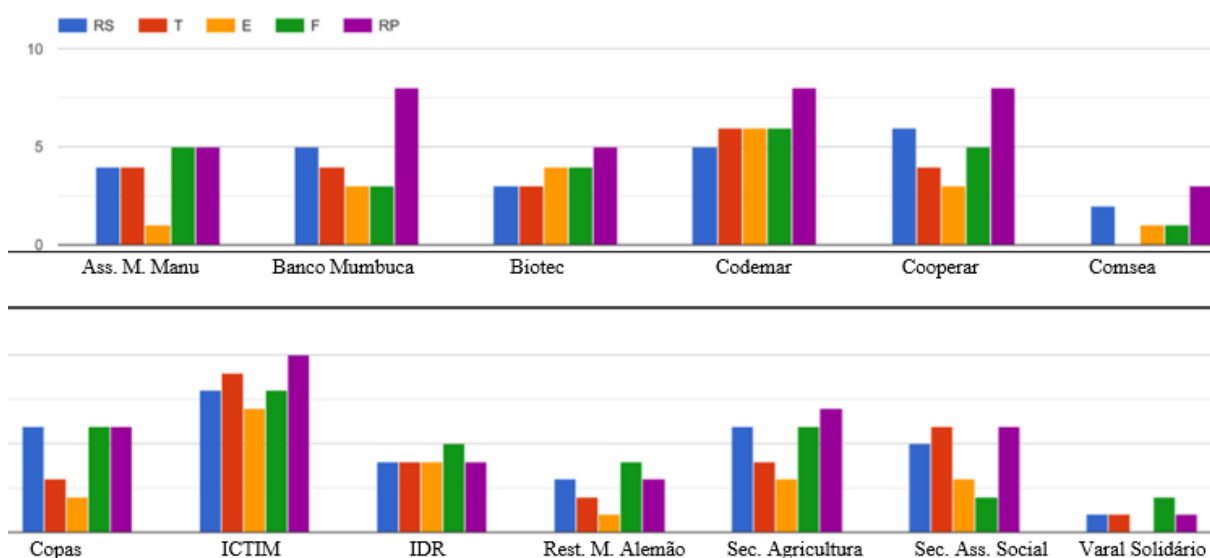
culturalmente situado. Tais iniciativas contribuem para a promoção da saúde e da equidade alimentar em Maricá, valorizando a diversidade e o conhecimento ancestral na construção de políticas mais inclusivas e sustentáveis.

Pergunta 4.1. Se houver outro(s) ator(es), qual(is) e qual o grau de interação?

Foram apresentados graus de interação com atores sugeridos pelos respondentes conforme seus arranjos sociais. Por serem indicações diretas os graus variaram de 4 a 5 relacionados aos atores citados na pergunta 3.1.

Pergunta 5. De que forma se dão as interações com os atores assinalados? Marque a(s) letra correspondente(s) para cada tipo: RS para Redes sociais, T para telefone, E para e-mail, F para Feiras e eventos, RP para reuniões presenciais

Gráfico 5 – Formas de interação entre os atores



Fonte: elaboração própria.

A partir das respostas para a pergunta 5 buscou-se identificar quais os principais dispositivos infocomunicacionais utilizados pelos atores para receber e enviar informações sobre SAN. E foi possível notar que as reuniões presenciais assumem um caráter de protagonismo nas relações institucionais. Reuniões presenciais (RP) aparecem como a forma mais utilizada, especialmente com ICTIM, Codemar, Cooperar e Banco Mumbuca. Uma característica que pode aproximar as relações interpessoais, porém podem comprometer a celeridade da tomada de decisões, pois muitas vezes as agendas presenciais necessitam de mais tempo para estarem alinhadas,

O Gráfico 5 também nos permite notar que a alternativa das Redes sociais (RS) também é amplamente usada, especialmente por ICTIM, Copas, e Secretaria de Agricultura. Entende-se por essas redes, aplicativos de mensagens e de publicações digitais abertas ao público. WhatsApp, Instagram são amplamente utilizados pela maior parte dos atores.

Feiras e eventos (F) têm um papel relevante na interação com atores que já desenvolvem esta dinâmica de interação junto ao público. Atores como Codemar, Cooperar, e Copas, refletem essas práticas de envolvimento comunitário e territorial. Sendo atuantes em eventos na cidade, E por fim verifica-se que Telefone (T) e e-mail (E) são utilizados com frequência moderada, demonstrando que o contato direto ou eventos presenciais ainda predominam nas práticas locais. Os referidos aparatos de comunicação são utilizados para a troca de documentos e para confirmação de informações mais urgentes.

Dentre os atores com mais diversidade de canais de interação, o ICTIM, que apresenta uso expressivo de todos os meios disponíveis lidera. Cooperar e Codemar também demonstram ampla variedade nas formas de comunicação adotadas.

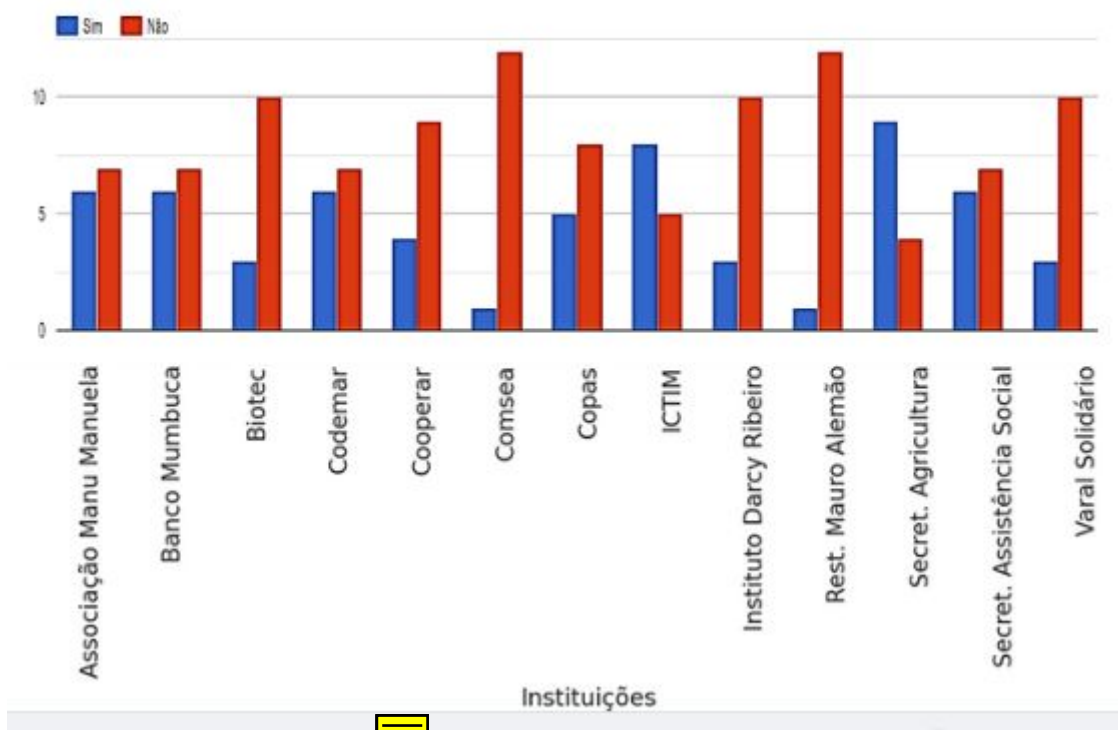
Com Menor interação verificada, Varal Solidário, Restaurante Mauro Alemão, e Comsea possuem baixos níveis de interação independentemente do meio utilizado. Esse cenário pode indicar uma necessidade de maior integração e fortalecimento das redes de sociabilidade. É importante considerar que, muitas vezes, as relações institucionais enfrentam desafios complexos, e a existência de barreiras informacionais pode estar relacionada à fragilidade dos vínculos sociais ou à ausência de capital social consolidado. Ressalta-se o papel estratégico de mediadores que possam fazer o papel de transitar entre diversos setores.

Pergunta 5.1. Se houver outro(s) ator(es), qual(is) e qual o tipo de interação?

Em relação aos demais atores mencionados na pergunta 3.1, os resultados obtidos foram semelhantes aos dos atores respondentes: a reunião presencial foi a mais escolhida para as relações interinstitucionais. Essa resposta aponta para uma prática usual, onde assuntos importantes como a SAN são alavancados mediante as conformidades das agendas presenciais dos tomadores de decisão.

Pergunta 6. Faz parte de Grupos em redes sociais com atores ligados a segurança alimentar e nutricional no município?

Gráfico 6 – Participação de grupos com os outros atores



Fonte: elaboração própria.

Nesta pergunta o intuito foi checar quais atores já estão promovendo o sentido de coletividade da troca de informações entre os parceiros elencados. Vale notar que a grande maioria ainda não tem a prática de uma rede informacional, sugerindo que a maior parte das relações são bilaterais, o que acaba dificultando ações mais amplas de comunicação informacional.

Esse diagnóstico aponta para a necessidade urgente de incorporar novas atitudes para o bom funcionamento dos fluxos de informação desta possível rede de SAN em Maricá. A observação empírica sugere que medidas precisam ser tomadas, pois conforme a apuração dos resultados do último censo, as 30.000 pessoas que estão em insegurança alimentar ainda aguardam que seu prato esteja preenchido de alimentos que proporcionem saciedade e saúde. Nesse contexto, a Ciência da Informação com toda sua dimensão humana, pode desempenhar um papel fundamental na erradicação desta escassez, no enfrentamento da desinformação e na desconstrução de narrativas falaciosas que enchem o mundo de vazios.

8 VISUALIZAÇÃO E ANÁLISE DA REDE

Foram identificados e organizados dados coletados, sobre a comunicação das informações entre os atores que possam impactar na Segurança Alimentar e Nutricional do município. Como estas ações são informadas e quais atores participaram destas ações efetivamente. Qual o nível de cooperação entre esses atores.

Este capítulo apresenta uma análise de rede de informação e interação entre os atores envolvidos na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do município de Maricá. Os dados foram coletados por meio de questionários e em seguida representados visualmente com auxílio do software Gephi, uma ferramenta amplamente utilizada para análise de redes sociais (ARS). A seguir apresenta-se uma análise destas visualizações (Figura 9).

Figura 7 – Nós dimensionados por tamanho a partir da centralidade dos atores (Quanto maior o tamanho maior a interação)



Esta abordagem permite identificar dinâmicas de centralidade, isolamento e intensidade relacional entre organizações, instituições públicas, cooperativas e movimentos sociais atuantes no território. O tamanho dos nós aponta para uma estrutura da Rede, dimensionando a centralidade e conectividade dos atores, quanto maior seu tamanho maior o número de relações.

A visualização da rede evidencia diferentes graus de centralidade entre os atores, representados pelo tamanho dos nós e pela densidade de suas conexões. Os nós maiores, como a Secretaria de Agricultura, o ICTIM, a Codemar, a Cooperar e Copas, indicam maior grau de

centralidade, o que significa que estas instituições são mais conectadas dentro da possível rede de SAN, servindo como hubs de circulação de informação e articulação de ações.

Essa centralidade pode estar relacionada a fatores como recursos institucionais, acesso à informação, poder de decisão e maior capacidade de mediação entre diferentes iniciativas. Por exemplo, a Secretaria de Agricultura surge como ator-chave, possivelmente devido ao seu papel na coordenação de políticas públicas voltadas à produção de alimentos, agricultura familiar e sustentabilidade. A composição de uma rede sugere que exista uma relação intencional como aponta Fialho *et al.*:

É também importante sublinhar que os indivíduos não são atores se não interagirem e, quando interagem, já são rede. Esta dimensão de interação com a rede permite-nos pensar numa socialização reticular em que todos s resultado da nossa pertença a um conjunto de redes (Fialho *et al.*, 2018, p. 21)

Por outro lado, neste quesito de interação, atores como o Varal Solidário, Comsea e a Associação de Moradores Manu Manuela aparecem como nós menores e menor número de conexões, o que sugere um grau de isolamento relativo. Essa desconexão pode indicar limitações de comunicação, falta de reconhecimento institucional ou ausência de políticas de articulação intersetorial mais eficazes. A busca por integração relacional com maior amplitude são questões inerentes a construção de uma rede mais homogênea, porém faz parte da existência de uma rede essa estrutura não hierárquica, onde cada participante estabelece qual nível de interação pode ser aportado. 

A análise da rede é um instrumento que confere robustez à pesquisa-ação, conectando dados empíricos e permitindo a visualização de uma possível construção coletiva de estratégias para o fortalecimento do sistema local de SAN. O enfoque das conexões encontradas promove a integração de saberes das ciências sociais, da saúde, da agroecologia, da sustentabilidade, da ancestralidade e das políticas públicas, reconhecendo a complexidade do fenômeno coletivo e a necessidade de articulação entre diferentes campos e saberes, provoca e existência desta rede de SAN.

Figura 8 – Atores por frequência: nuvem de palavras



Fonte: elaboração própria.

A segunda visualização (Figura 10), uma nuvem de palavras, oferece uma síntese visual da frequência com que cada ator foi citado pelos respondentes nos questionários aplicados. Quanto maior o nome representado, maior a frequência de menções. Mais uma vez, a Secretaria de Agricultura desponta com destaque, o que confirma sua relevância estratégica tanto no campo prático quanto discursivo da rede.

E como já mencionado antes, o fato de a Secretaria de Agricultura ter essa centralidade, também se deve a conexão com o tema da dissertação, o que não significa que esta interação seja uma busca intencional da própria Secretaria. Mas pela visualização compreendemos sua importância na construção de uma Rede de SAN, tendo em vista que sua missão institucional está intrinsecamente ligada a promoção, produção, incentivo, certificação e distribuição de alimentos no município.

A compreensão da visualização de interações dos atores a respeito da SAN provoca uma insurgência de ações sociais para melhorias no setor. Esta dissertação sugere que uma Rede de SAN seja criada formalmente, vale destacar a forma como pode ser iniciado este movimento, Marteleto aponta em seus estudos essa dinâmica:

Nos espaços informais, as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre seus participantes. Entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização social-global, nacional, regional, estadual,

local, comunitário. Independentemente das questões que se busca resolver, muitas vezes a participação em redes sociais envolve diretas responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões (Marteleto, 2001, p. 3).

Voltando a visualização da nuvem de palavras, observa-se o posicionamento de atores como Codemar, Cooperar, ICTIM e Banco Mumbuca, todos em posições de relativa proeminência, o que reafirma suas atuações como polos de informação e interação dentro da rede. Já os nomes com menor destaque visual apontam para desafios em termos de visibilidade e integração, elementos importantes a serem trabalhados em futuras ações intersetoriais e políticas públicas locais.

Figura 9 – Visualização das Arestas: Conectividade da Rede



Fonte: elaboração própria.

A terceira imagem gerada pelo *software* Gephi, representa as arestas da rede, ou seja, as conexões diretas entre os atores (Figura 11). A partir dessa visualização, foi possível identificar como as informações circulam e o fluxo informacional. Cada linha (aresta) indica a existência de uma relação de troca ou compartilhamento de informações, conforme relatado nas entrevistas e levantamentos realizados. Essa visualização possibilita compreender como a informação circula na rede e quais são os caminhos predominantes de comunicação entre os sujeitos envolvidos. Quanto mais conexões um nó (ator) possui, mais central ele tende a ser no sistema, funcionando como um ponto de difusão da informação. A geometria circular do grafo favorece a percepção de fluxos horizontais, demonstrando que, apesar das diferentes

centralidades, há um grau razoável de distribuição nas interações, sem um predomínio excessivo de um único ator.

Contudo, ainda existem lacunas perceptíveis, como a ausência de conexão entre determinados atores, o que sugere oportunidades de criação de pontes informacionais, seja por meio de encontros presenciais, eventos colaborativos, redes sociais, ou plataformas de gestão compartilhada. O acesso a comida saudável, a fome, os alimentos ultraprocessados, a cultura alimentar toda esta trama se torna o grande ponto de reflexão que está sendo observado neste fluxo de informação.

Os resultados da análise de rede social parecem indicar que as conexões entre os atores demandam o fortalecimento de práticas de integração comunitária, para que a Rede de SAN possa ser estabelecida e atuar de forma eficaz na sugestão de políticas públicas. Para haver a comunicação da informação sobre alimentos é necessário reforçar o aprendizado do território. Esta tarefa geralmente é decorrente de códigos provenientes das tradições locais. Construir uma Rede de San requer este cuidado. Silva, pesquisadora de origem quilombola descreve precisão esse processo de transmissão da informação:

Há infinidade de narrativas que as retratam: o cantar e o transitar dos pássaros e animais. E é de responsabilidade dos mais velhos, detentores dessa percepção, ensinar desde cedo as crianças a ler e interpretar com maestria, esses conhecimentos e segredos revelados pela natureza. São segredos e códigos que são repassados a cada geração, os cuidados com er da roça, respeitando essa relação do homem e da natureza (Silva, 2016, p. 77).

A análise da rede social de SAN em Maricá, evidencia potencialidades importantes, como a existência de núcleos colaborativos entre atores da administração pública, cooperativas e instituições de ciência e tecnologia. Esses vínculos demonstram que já existe uma base para construção de ações integradas em SAN, incluindo o fortalecimento da cadeia agroecológica local, a valorização dos saberes populares e o estímulo à economia criativa.

Contudo, os resultados revelam fragilidades estruturais, como a ausência de comunicação informacional de algumas organizações da sociedade civil, a dependência de poucos nós centrais para articulação da rede e a ausência de interações robustas com iniciativas periféricas que poderiam enriquecer o sistema de SAN, a exemplo de falta de conexão com grupos culturais, coletivos de juventude ou representantes de comunidades tradicionais e povos originários.

Essas ausências de iniciativas informacionais, apontam para a necessidade de uma ampliação da escuta ativa e do engajamento das vozes menos representadas. A rede ideal seria aquela que não apenas refletisse uma realidade institucional, mas que construísse pontes entre

saberes, vivências e práticas, superando hierarquias e promovendo a horizontalidade no planejamento de ações de segurança alimentar.

A natureza dessa pesquisa que envolve na metodologia, além de um estudo de caso, a prática e conexão com a pesquisa ação, compõe neste olhar multidisciplinar uma análise de rede como metodologia visual e interpretativa se encaixando plenamente dentro da proposta deste trabalho. A criação e o mapeamento da rede são resultados colaborativos, que emergem da interação entre pesquisador e participantes, gerando insumos práticos para o desenho de políticas públicas mais coerentes com a realidade territorial.

Além disso, a visualização da rede serve como ferramenta de devolutiva e mobilização coletiva para a construção da Rede de SAN: ao apresentar aos participantes a configuração atual das relações, é possível fomentar um processo reflexivo sobre lacunas e potencialidades de cooperação, possibilidades de fortalecimento institucional e novas alianças estratégicas que podem ser estruturadas.

Partindo de uma reflexão crítica com base nos questionários, os dados provenientes - tanto das perguntas fechadas quanto das abertas - reforçam os achados da análise da rede. Por exemplo, a baixa interação relatada com certos atores é coerente com sua posição periférica no grafo. A coexistência de múltiplos canais de comunicação, como redes sociais, reuniões presenciais e eventos, indica uma diversidade de formas de articulação dentro do tema SAN, mas também reforça desigualdades: instituições mais estruturadas tendem a acessar mais canais e a manter vínculos mais densos do que as mais periféricas.

A escuta promovida pelas perguntas abertas, também apontou para demandas de reconhecimento, autonomia e valorização de saberes locais, como os conhecimentos tradicionais associados à alimentação, à agroecologia, a sustentabilidade e às práticas culturais de base comunitária. Esses dados enriquecem a análise da rede, ao evidenciar que a centralidade técnica nem sempre equivale à centralidade política ou simbólica dentro do território.

As propostas a seguir buscam consolidar um sistema alimentar mais justo, sustentável e integrado, respeitando as especificidades locais e valorizando os saberes e práticas comunitárias:

a) Criação do Programa Fome Zero Maricá

Propõe-se como encaminhamento a criação de um programa "Fome Zero Maricá", inspirado em experiências nacionais, porém adaptado à realidade do território do município. Tal programa pode integrar ações já existentes, como o Restaurante Popular, o Banco Mumbuca, hortas urbanas e circuitos de economia solidária com novas iniciativas criadas pela

Rede de SAN, aqui proposta. Orientadas pela lógica de direitos humanos, justiça alimentar e inovação social. Esse programa pode articular ações de assistência alimentar emergencial, fortalecimento da produção local e educação alimentar, tendo como pilares:  Incentivo à produção de alimentos frescos e saudáveis por meio de parcerias com agricultores familiares e agroecológicos locais; a utilização da moeda social Mumbuca nos pontos de alimentação popular (restaurantes, feiras e cozinhas solidárias); A implantação de cozinhas comunitárias e solidárias nos territórios mais vulneráveis; A criação de um fundo municipal de combate à fome, com participação da sociedade civil por meio do Comsea.

b) Inserção de Mediadores Territoriais: Agentes Comunitários como Pontes

Sugere-se a formação de agentes de SAN, com base nos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que já possuem inserção e confiança nas comunidades. Esses agentes atuariam como mediadores culturais e facilitadores de políticas públicas, responsáveis por identificar famílias em situação de insegurança alimentar por meio de escuta qualificada e visitas domiciliares; mapear práticas alimentares e hábitos locais; promover a educação alimentar e nutricional de forma acessível e contextualizada; estimular a criação de hortas caseiras e comunitárias com apoio técnico.

c) Rede Municipal de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Criação de uma rede permanente de educação alimentar, articulando escolas, universidades, coletivos, centros de saúde e organizações da sociedade civil, com o objetivo de promover ações educativas sobre o direito à alimentação adequada e saudável; incentivar o uso de alimentos locais e o resgate da cultura alimentar tradicional; produzir materiais acessíveis e em linguagem popular (inclusive audiovisuais) sobre temas como nutrição, soberania alimentar e combate ao desperdício.

d) Plataforma Digital Integrada de Segurança Alimentar

Desenvolver, com apoio do IDR e ICTIM, uma plataforma digital pública, georreferenciada e participativa, com dados sobre iniciativas de produção, comercialização e distribuição de alimentos; locais com altos índices de insegurança alimentar; programas e serviços disponíveis; indicadores atualizados de SAN no município. Essa plataforma deve servir tanto ao planejamento governamental quanto à mobilização da sociedade civil. 

e) Observatório de Segurança Alimentar de Maricá

Consolidar o IDR como núcleo de um Observatório Municipal de SAN, em articulação com o Comsea e universidades, para: Monitorar continuamente indicadores de (in)segurança alimentar; avaliar impactos de políticas públicas; promover a escuta social por meio de fóruns e consultas públicas periódicas.

Um ambiente propício ao desenvolvimento da SAN, envolve um diálogo interdisciplinar que vincula as dimensões informacionais e comunicacionais às dimensões nutricional, socioambientais, políticas, éticas, culturais e econômicas (Camejo; Rodríguez, 2024; Rodríguez; Rojas; Coelho de Souza, 2018; Rodríguez, 2017).

A análise de rede apresentada neste capítulo indicou que há uma estrutura de articulação em SAN relativamente consolidada em Maricá, mas ainda marcada por assimetrias de participação e integração horizontal. Para que essa rede se torne mais robusta, é necessário investir em espaços de governança participativa, fortalecimento de atores periféricos e articulação decolonial, como os povos originários e as comunidades tradicionais. Este olhar aprofundado da rede, em diálogo com os objetivos desta dissertação, sugere caminhos para transformar a SAN em um campo multidimensional, verdadeiramente inclusivo, participativo e transformador, alinhado aos princípios da soberania alimentar e da justiça social.

9 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Ao deparar-se com a vivência do campo empírico sobre este tema tão relevante do acesso a comida sustentável, que assola o imaginário, o ativismo e a vida da autora há muitos anos, foi possível compreender que é apenas o início de um processo de conhecimento e que muitos desdobramentos devem acontecer, apontando para uma série de perguntas futuras. Por isso este capítulo recebeu a denominação de Considerações Preliminares.

As primeiras questões, apresentadas no início da dissertação, concernentes à dinâmica informacional de uma Rede de San em Maricá, seus atores, informações sobre alimentação sustentável, pautada em princípio agroecológicos, ensejam algumas reflexões relatadas em seguida.

A pesquisa buscou desenhar as dinâmicas, os fluxos informacionais de colaboração e as potências transformadoras de uma rede de atores, ainda não instituída formalmente, mas que já atuam de forma direta ou indireta na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no município de Maricá, Rio de Janeiro. A partir dos resultados encontrados com os instrumentos de aferição, como as entrevistas, os questionários, a visualização de rede, documentos recebidos, identifica-se conexões, complementaridades e lacunas entre os 13 atores que representam um ecossistema diverso, composto por organizações da sociedade civil, instituições públicas, empresas de economia mista e iniciativas comunitárias.

O estudo demonstrou que a articulação informacional dentre esses atores contribuiu para revelar a complexidade de um modelo territorial de governança, em que diferentes missões institucionais podem convergir para objetivos comuns, como a redução da vulnerabilidade social, o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de uma economia criativa e sustentável, além da valorização da cultura alimentar ancestral.

Enquanto a dissertação se desenrolava, diversos acontecimentos foram vivenciados o que tornou possível uma aplicação experimental da existência da Rede Informacional de San. Eis que em um determinado momento, ao ter contato com o conteúdo da pesquisa, um líder indígena de povos originários viventes no território de Maricá, entra em contato com esta pesquisadora que vos escreve, solicitando ajuda para alimentar um grupo de indígenas foragidos da violência de um território no estado de São Paulo, que tentava se abrigar na Aldeia Mata Verde Bonita, no bairro de São José.

Por já ter o contato dos principais tomadores de decisão, que participaram desta pesquisa como respondentes, essa informação sobre os 50 indígenas que chegaram em estado de extrema vulnerabilidade, foi repassada para a Secretaria de Assistência Social, e para

alguns membros dos projetos de hortas e da Fazenda Pública Joaquim Piñero. Em poucos dias conseguiram arrecadar mais de meia tonelada de alimentos, além de responsáveis pelo CRAS irem a Aldeia para incluir os indígenas em programas de auxílio. Isso trouxe a confirmação que uma Rede de Informação de SAN, pode sim dar celeridade a problemas reais que envolvem a manutenção de vidas. A pesquisa ação acontecendo em meio ao caos da fome, como uma resposta de apoio concreto social, a academia para além dos muros, a aplicabilidade dos conceitos.

Esse chamado de emergência apontou para um quesito fundamental nos estudos de comunicação de informação sobre SAN, o acesso aos dispositivos e sua organização. Para que o fluxo informacional seja coerente e as respostas apontem para o suprimento das ações desfraldadas a partir da necessidade de comida saudável, é necessário conhecer os seus caminhos. A pesquisa esteve focada na capacidade informacional dos tomadores de decisão e seus aliados no campo alimentar. Foi identificado que entre eles ainda existem assimetrias importantes, o que abre o questionamento para pensarmos em quem está vivenciando a vulnerabilidade de ausência de alimento saudável, a informação chega até essas pessoas?

Foi necessário a figura de um mediador, uma liderança comunitária para que o problema dos indígenas fosse atenuado. O que remete a uma construção de pontes informacionais, onde o conhecimento territorial é fundamental para questões tão delicadas e veementes como a SAN. Nesse sentido, percebe-se a importância de figuras como o Mediador Cultural como o Agente Comunitário de Saúde, que atuam na interseção entre a comunidade e o poder público. Esses profissionais possuem capilaridade territorial e escuta qualificada, sendo agentes de aproximação dos saberes locais, das práticas tradicionais e demandas emergentes da população vulnerabilizada. Por sua atuação comunitária podem fortalecer a confiança nas instituições, desta forma ampliam o alcance das ações de segurança alimentar.

Ao elaborar o desenho desta Rede informacional de SAN em Maricá, esse trabalho de pesquisa reafirma a importância de modelos territoriais de desenvolvimento, que valorizem o protagonismo local, a gestão participativa e o entrelaçamento de saberes ancestrais e tecnologias emergentes, para possibilitar o acesso ao alimento. Ao decidir seguir esta experiência, Maricá pode servir de inspiração para outras regiões em busca de caminhos sustentáveis, inclusivos e inovadores na alimentação do futuro.

Ainda nesta reflexão sobre ausência de alimentos para todos, e de informações sobre os sistemas alimentares, repensando a própria origem dos alimentos sabe-se que o papel da informação é indispensável para corrigir falácias alimentares. Como por exemplo o arroz e feijão realmente é a comida de referência básica do brasileiro? Não seriam as raízes? A

mandioca? Afinal de que Brasil estamos falando? As populações tradicionais e sua culinária não seriam a base da nossa alimentação?

Considerando a perspectiva dos atores envolvidos, denota-se algumas competências importantes, a cooperativa COPAS e o projeto Varal Solidário representam, nesse ecossistema, núcleos de base comunitária que ativam redes de solidariedade e inovação social em territórios periféricos. Já o Comsea, a AMA Manu Manuela e a Cooperar atuam como mediadores entre o Estado e a sociedade civil, criando espaços legítimos de escuta, reivindicação por melhorias sociais e construção coletiva.

No setor público, o Banco Mumbuca, por sua vez, aponta para a importância da institucionalização da moeda social, com mecanismos de financiamento solidário e consolidação de uma economia criativa humanizada. Já o ICTIM e o IDR desempenham um papel fundamental na produção e análise de dados estratégicos sobre SAN e também no fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre o tema. No executivo percebe-se que a Secretaria de Agricultura e a de Assistência Social estruturam programas e políticas públicas com grande potencial de capilaridade e impacto direto sobre os públicos mais vulneráveis, além de caminhos para a agroecologia incipiente nos projetos de produção de alimentos.

Os equipamentos governamentais e as empresas mistas apresentados na análise da rede, revelam que a presença destes atores como a Codemar, a Biotec e o Restaurante Popular Mauro Alemão, amplia as possibilidades de uma abordagem sistêmica, ao integrar as esferas da bioeconomia, saúde e alimentação.

Sobre a centralidade, a análise da rede revelou uma estrutura em que a Secretaria de Agricultura emerge como principal polo de articulação entre os diversos atores, refletindo sua posição estratégica na coordenação de base territorial e agroalimentar. Ainda que esta composição não seja marcada pelo protagonismo na busca de parceiros, no desenho de uma rede de SAN, sem dúvidas a Secretaria de Agricultura pode ser o aglutinador de iniciativas fundamentais para segurança alimentar. 

A presença destacada de instituições como a Codemar, o Banco Mumbuca, a Copas, o ICTIM e a Cooperar também demonstra o potencial da cidade para atuar de forma sistêmica, articulando inovação, desenvolvimento econômico e políticas sociais.

Entretanto, a aplicação de questionários demonstrou que os próprios atores perceberam a necessidade de maior comunicação e articulação entre si, revelando uma lacuna entre o potencial colaborativo existente e a prática cotidiana das instituições. A rede apresenta pontos frágeis de conexão, especialmente com atores comunitários como o Varal Solidário, o Comsea

e o Restaurante Mauro Alemão, cujas contribuições territoriais são relevantes, mas ainda pouco integradas ao circuito institucional ampliado.

Conclui-se, portanto, que a rede de atores analisada possui um alto grau de sinergia e complementaridade, embora ainda demande esforços de integração mais formalizada e planejamento conjunto para a ampliação de seus impactos. A sustentabilidade de suas ações, a permanência dos vínculos construídos e a criação de plataformas intersetoriais serão determinantes para consolidar Maricá como um território de referência em inovação social, segurança alimentar e transição ecológica justa

A partir da análise dos resultados encontrados, que demonstraram as práticas, desafios e sugestões levantadas pelas instituições atuantes em Maricá, bem como a visualização da rede de interações entre esses atores, foi possível delinear um conjunto de propostas de políticas públicas voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no território.

A continuidade desta pesquisa deve investir na avaliação longitudinal da Rede de SAN em Maricá, no fortalecimento da governança intersetorial, no reconhecimento e valorização dos saberes locais. Recomenda-se, ainda, o lançamento oficial desta Rede de SAN, com a realização de oficinas participativas com os atores mapeados, visando o co-desenho de soluções e o compartilhamento de boas práticas.

Assim, conclui-se que Maricá possui um terreno fértil, social, institucional e simbólico, para se consolidar como um laboratório vivo de transformação social, onde políticas públicas, inovação e ancestralidade se encontram para garantir o direito humano à alimentação adequada e sustentável. Com as propostas de políticas públicas com base na pesquisa-ação e na decolonização dos saberes alimentares, fundamenta-se uma perspectiva decolonial, que questiona a lógica dominante ocidental de produção de conhecimento e alimento, valorizando os saberes ancestrais, indígenas, quilombolas e populares como formas legítimas e fundamentais de construção da Segurança Alimentar e Nutricional.

A comida raiz e os povos originários: memória, cultura e soberania é o caminho apontado por esta pesquisa, um olhar de SAN de verdade sem a imposição colonial. A valorização da comida que carrega os sabores, rituais, histórias e resistências dos povos do território, é central para uma política alimentar decolonial. Trata-se de reconhecer que a comida não é apenas nutriente, mas cultura, identidade e território.

As práticas alimentares dos povos originários, bem como de comunidades tradicionais e da agricultura familiar agroecológica, representam formas de resistência histórica à colonialidade, que impôs dietas industrializadas, ultraprocessadas e descontextualizadas,

provocando a ruptura dos vínculos com o alimento como bem comum. Nesse sentido, as políticas públicas de SAN em Maricá devem se comprometer com a:

Revalorização dos saberes alimentares tradicionais, por meio da inclusão de lideranças indígenas, quilombolas e agricultores locais nos espaços decisórios e educativos; promoção de alimentos nativos e tradicionais, respeitando os ciclos da natureza, os modos de preparo e os rituais alimentares das comunidades; apoio a práticas de agricultura de base ecológica e cosmologias não ocidentais, que entendem o alimento como parte de um equilíbrio entre seres humanos e natureza, educação alimentar e nutricional decolonial, que dialogue com os saberes locais e problematize as imposições culturais da indústria alimentar; incentivo à gastronomia social e ancestral, com apoio a cozinhas comunitárias que resgatem receitas tradicionais como ferramenta de memória, cuidado e pertencimento. Desta forma promove-se o registro e a valorização da memória alimentar dos povos e comunidades do território.

A construção de políticas públicas de SAN em Maricá requer um processo contínuo de escuta, co-criação e valorização dos saberes e práticas locais. A decolonização dos sistemas alimentares passa pela superação da lógica produtivista e ocidentalizante, pela reconexão com a terra e com a ancestralidade, e pelo reconhecimento da diversidade cultural como fundamento da soberania alimentar.

O estudo desta rede conduziu a outras tramas e tecidos, que parecem indicar o caminho da comida justa. Ao incorporar os saberes dos povos originários, Maricá pode se tornar uma referência em políticas públicas alimentares integradas, sustentáveis e decoloniais, um verdadeiro *Living Lab* de inovação social e alimentar pode surgir neste território. Ampliando o olhar sobre SAN neste município, utilizando as ferramentas da Ciência da Informação, que com seu caráter interdisciplinar, conduziu a proficuidade desta pesquisa, provocando novas perguntas e a continuidade laboral no campo empírico, espalhando sementes que devem alimentar as mentes e os pratos do mundo.

REFERÊNCIAS

- AMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, [Ilha de Santa Catarina], n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 11 ago. 2025.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347>. Acesso em: 3 set. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação. São Paulo, v. 59, p. 1966, out./dez.1995.. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 3 set. 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Estudo Técnico. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, 2014.
- CAMEJO PEREIRA, Viviane; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Shirley. **Articulações entre Agroecologia, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional na Educação do Campo**. Revista Brasileira de Educação do Campo, [S. l.], v. 9, p. e17687, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmt.edu.br/index.php/campo/article/view/17687>. Acesso em: 20 set. 2024.
- CAMPAGNOLLA, C.; SILVA, J. G. COP 28: Agroecologia, segurança alimentar e adaptação climática. In: **Instituto Fome Zero**, [online], 2023. Disponível em: <https://ifz.org.br/cop-28-agroecologia-seguranca-alimentar-e-adaptacao-climatica/>. Acesso em: 15 set. 2024.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBE, A. **Agroecologia e sustentabilidade**. Base conceitual para uma nova Extensão Rural. In: **World Congress of Rural Sociology**. 2001.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciência da Informação [online], Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2007, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>. Acesso em: 3 set. 2025.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CONSEA. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Lei Orgânica Segurança Alimentar e Nutricional Lei Nº 11346, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em 3 set. 2025.
- CONTRERAS, J. Fome na Abundância. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 15, abr. 2015.
- DE MELLO, N. A. E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 68–85, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1400/1382>. Acesso em: 3 set. 2025.
- DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega, 1996. Disponível em: <http://www.no-w-here.org.uk/what%20is%20dispositif.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.
- DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 91-98, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zMvGVfdXLj5TG9xKqBNRXyb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2025.

- DOWBOR, L. Redes de informação de gestão local. In: **Dowbor.org**, [online], jul. 2001. Disponível em: <https://dowbor.org/2001/03/redes-de-informacao-de-gestao-local-2.html>. Acesso em: 20 set. 2024.
- DOWBOR, L.; SILVA, H. Redes de informações para a cidadania. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente (InterfacEHS)**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/08/2_ARTIGO_vol5n2.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2024. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**. Rome, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 3 set. 2025.
- FIALHO, J. *et al.* (orgs.) **Redes sociais: para uma compreensão multidisciplinar da sociedade**. Lisboa: Ed. Sílabo, 2018.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2023. Roma: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2023. Disponível em: https://www-fao-org.translate.goog/publications/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 13 maio 2025.
- FREIRE, G. H. A. O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 175-199, out./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p175>. Acesso em: 3 set. 2025.
- FREIRE, G. H. **Finância da informação: temática, histórias e fundamentos**. Perspectivas Em Ciência Da Informação, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6–19, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362006000100002>. Acesso em: 3 set. 2025.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação. In: MARRICA, J. C. P.; TARGINO, M. G. (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. (v. 2, p. 321-351).
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345035473_REGIME_DE_INFORMACAO_construcao_de_um_conceito1. Acesso em: 3 set. 2025.
- INSTITUTO DARCY RIBEIRO (IDR). **Relatório Bianual**: janeiro de 2019 - dezembro de 2020. 1. ed. Maricá, RJ: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021. Disponível em: <https://www.greenme.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Global warming of 1.5°C: An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781009157940>. Acesso em: 3 set. 2025.
- KEPPLE, A.W.; BALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 set. 2025.
- KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327, 2015. DOI: 10.22456/1982-6524.61133. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/61133>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LE COADIC, Y. M. **Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A Construção Social de um sistema público de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: Abrandh: Oxfam. 2012.

Disponível em: <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/312051/rr-brazil-experience-food-nutrition-security-190214-pt.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 3 set. 2025.

LÉNA, P.; ISSBERNER, L. R. Desafios das Ciências Sociais no Antropoceno, **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. e6001, maio 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.6001>. Acesso em: 3 set. 2025.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1339–1346, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014195.12202013>. Acesso em: 3 set. 2025.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis-RJ: Vozes. 2007.

MARTELETO, R. M. **Análise de Redes Sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n.1, jan./abr. 2001. p. 71-81.

MARTELETO, R.; COUZINET, V. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares inter cruzados. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2013. Disponível em:

<https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/450/1104>. Acesso em: 3 set. 2025.

MENDES, C.; GONÇALVES, J. R. **Segurança e soberania alimentar: o caso brasileiro (1994-2015)**. **Caderno CRH**, 36, e023009, 2023 Disponível em:

<https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.42137>. Acesso em: 3 set. 2025.

MILHOMENS L.; GOHN, M. G. **Movimentos sociais e Amazônia: da ditadura civil-militar aos grandes projetos da atualidade**. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 238-270, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/155314/151123>. Acesso em: 3 set. 2025.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jul. 1995.

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e o manejo do solo. **Agriculturas**, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 7-10, set. 2008. Disponível em: <http://www.ciorganico.agr.br/wp-content/uploads/2013/08/manejo-ecologico-do-solo-Ana-Primavessi1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 43-44.

RIBEIRO, S. M. *et al.* Agricultura urbana agroecológica: estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 3, p. 361–388, 2011. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/408/40823864017.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, S. **Dimensões da segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras do município de Coto Brus, Região Brunca, Costa Rica**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168655>. Acesso em: 3 set. 2025.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, S.; FERNÁNDEZ ROJAS, X. E.; COELHO DE SOUZA, G. Evolução da multidimensionalidade da segurança alimentar e nutricional (SAN) nos países

latino-americanos, Costa Rica e Brasil: proposta de um sistema de indicadores.

Desenvolvimento Rural Interdisciplinar, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/87265/0>. Acesso em: 21 set. 2024.

SALDANHA, G. S. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”.

Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, 2013. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41023>. Acesso em: 17 set. 2023.

SCHNEIDER, M. **A Era da Desinformação: pós-verdade, fake news e outras armadilhas**.

Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SILVA, C.; ISSBERNER, L. R. Antropoceno, desinformação e insegurança alimentar no Brasil. **Revista Augustus**, [online], v. 30, n. 57, p. 54-78, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.15202/19811896.2022v30n57p54>. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, N.; ISSBERNER, L. P.; BRAGA, T. Potencial de inovação em agroecologia.

Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Cuiabá, v. 17, n. 3, p. 201-213, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i3.6454>. Acesso em: 3 set.

2025.

SILVA, S. R. L. **Pérolas negras**. As mulheres de Vila Bela na luta pela afirmação da identidade étnica. Edição do autor, Defanti, Cuiabá. 2016.

SUGAHARA, C. R.; VERGUEIRO, W. C. S. Fluxo de informação na perspectiva do ambiente em rede. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**,

Campinas, v. 11, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1639>. Acesso em: 3 set. 2025.

TOMÁEL, M. I. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 10, n. 1/2, jan/dez. 2005.

VALLE, L. P. “Somos o que comemos!”: uma reflexão de política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55884, maio 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/194327>. Acesso em: 3 set. 2025.

VENEGAS, M. E. C.; OLIVEIRA-CARDOSO, É. A.; SANTOS, M. A. **Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas alimentares de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação**. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 1, e220547pt, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220547pt>. Acesso em: 3 set. 2025.

VENTURA, M.M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, [Rio de Janeiro], v. 20, n. 5, p. 383-386, out. 2007. Disponível em:

http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

VENTURINI, T.; LATOUR, B. O tecido social: rastros digitais e métodos quali-quantitativos.

In: MENA, J. (org.). **Métodos digitais: teoria-prática-crítica**. Lisboa: ICNOVA, p. 37-48, 2019.

WALTENBERG, F.; KATZ, P. (orgs.). **Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá**. São Paulo: Cortez Editora, 2023.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Seção 1 de 3

Segurança Alimentar e Nutricional Maricá

B

I

U

↔

✖

Descrição do formulário

Título

De acordo com dados do Instituto Darcy Ribeiro de 2024, cerca de 30 mil pessoas estão em insegurança alimentar e nutricional em Maricá. Esta pesquisa visa reunir informações que possam ajudar a entender as ações dos atores públicos e da sociedade civil envolvidos neste tema.

Questionário

Descrição (opcional)

1. Em poucas palavras descreva qual a missão deste projeto/ instituição onde atua?

Texto de resposta longa

2. Quais são as ações realizadas por vocês para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional?

Texto de resposta longa

3. Dentre os atores que atuam no município na área da Segurança Alimentar e Nutricional, com qual delas você mantém contacto? *

	Sim	Não
Associação de Moradores Manu ...	☐	☐
Banco Mumbuca	☐	☐
Biotec	☐	☐
Codemar	☐	☐
Cooperar	☐	☐

Conseam	☐	☐
Copas	☐	☐
ICTIM	☐	☐
Instituto Darcy Ribeiro	☐	☐
Restaurante Mauro Alemão	☐	☐
Secretaria de Agricultura	☐	☐
Secretaria de Assistência Social	☐	☐
Varal Solidário	☐	☐

...

3.1. Se mantiver contato com outro(s) ator(es) na área de Segurança Alimentar e Nutricional, qual(is)?

Texto de resposta curta

4.1. Se houver outro(s) ator(es), qual(is) e qual o grau de interação?

Texto de resposta curta

5. De que forma se dão as interações com os atores assinalados? Marque a(s) letra correspondente(s) para cada tipo: **RS** para Redes sociais, **T** para telefone, **E** para e-mail, **F** para Feiras e eventos, **RP** para reuniões presenciais

	RS	T	E	F	RP
Associação de ...	☐	☐	☐	☐	☐
Banco Mumbu...	☐	☐	☐	☐	☐
Biotec	☐	☐	☐	☐	☐
Codemar	☐	☐	☐	☐	☐
Cooperar	☐	☐	☐	☐	☐
Conseam	☐	☐	☐	☐	☐
Copas	☐	☐	☐	☐	☐
ICTIM	☐	☐	☐	☐	☐
Instituto Darcy ...	☐	☐	☐	☐	☐
Restaurante M...	☐	☐	☐	☐	☐
Secretaria de A...	☐	☐	☐	☐	☐
Secretaria de A...	☐	☐	☐	☐	☐
Varal Solidário	☐	☐	☐	☐	☐

5.1. Se houver outro(s) ator(es), qual(is) e qual o tipo de interação?

Texto de resposta curta

6. Faz parte de Grupos em redes sociais com atores ligados a segurança alimentar e nutricional no município? *

	Sim	Não
Associação de Moradores Manu ...	☐	☐
Banco Mumbuca	☐	☐
Biotec	☐	☐
Codemar	☐	☐
Cooperar	☐	☐
Conseam	☐	☐
Copas	☐	☐
ICTIM	☐	☐
Instituto Darcy Ribeiro	☐	☐
Restaurante Mauro Alemão	☐	☐
Secretaria de Agricultura	☐	☐
Secretaria de Assistência Social	☐	☐
Varal Solidário	☐	☐

6.1. Se fizer parte de grupo com outro(s) ator(es) na área de Segurança Alimentar e Nutricional, qual(is)?

Texto de resposta curta

7. Você tem sugestões para melhorar a segurança alimentar e nutricional no município?

Texto de resposta longa

ANEXO A – MAPA DOS CRAS DE MARICÁ, CEDIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ANEXO B – FOLDER DO IDR – MARICÁ EM NÚMEROS



TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

Área da unidade territorial ⁽¹⁾	351,5 km²
Taxa de urbanização ⁽¹⁾	98 %
Número de domicílios em 2010 ⁽¹⁾	42.810
Território do município protegido por unidades de conservação ⁽¹⁾	220,6 km² (61%)
Temperatura média anual ⁽¹⁾	23,3 °C

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS ⁽²⁾

Refúgio da vida silvestre municipal das serras de Maricá	89,5 km²
Área de proteção ambiental municipal das serras de Maricá	26,5 km²
Monumento natural municipal Pedro de Inácio	2,3 km²
Monumento natural municipal Pedro de Inácio	1,2 km²

PRINCIPAIS LAGOS

Lago de Maricá ⁽³⁾	19,5 km²
(Vulgo de Atacatiba)	
Lago da Barra ⁽³⁾	9,0 km²
Lago de Guarapira ⁽³⁾	6,5 km²
(Vulgo de Ponta Negra)	
Lago do Padre ⁽³⁾	2,7 km²
Lago Branco ⁽³⁾	1,2 km²
Lago de Jacaré ⁽³⁾	3,6 km²



POPULAÇÃO

População 2010 ⁽¹⁾	127.461 hab
População estimada 2018 ⁽⁴⁾	157.789 hab

Porcentual de homens ⁽¹⁾	49,2 %
Porcentual de mulheres ⁽¹⁾	50,8 %
Densidade demográfica 2010 ⁽¹⁾	351,55 hab/km²

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO EM 2010 ⁽¹⁾

Branca	54 %
Preta	7,5 %
Parda	37,9 %
Amarela	0,5 %
Indígena	0,1 %

COM POSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE ⁽¹⁾

FAIXA ETÁRIA	ANO	
	1991	2018
0-14	30,7 %	20,7 %
15-64	63,9 %	70,5 %
65+	5,4 %	8,4 %
Índice de envelhecimento	17,6	40,3

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR TIPO DE DEFICIÊNCIA PERMANENTE 2010 ⁽¹⁾

Pelo menos uma das deficiências investigadas	24,54 %
Deficiência visual	0,3 %
Deficiência auditiva	0,19 %
Deficiência motora	0,33 %
Mental ou intelectual	1,4 %

LEGENDA
■ NÃO CONSIDERADO NA AMPLITUDE
■ QUANTO MAIS ESCURO, MAIOR A DEFICIÊNCIA



EDUCAÇÃO

Gasto municipal na Educação em 2016 ⁽¹⁾	R\$ 197,7 milhões
Escolas municipais ⁽¹⁾	63 unid
Unidades de atendimento à Educação Infantil ⁽¹⁾	23 unid
Escolas com Educação de Jovens e Adultos (EJA) ⁽¹⁾	4 unid

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ⁽¹⁾

2010	15.574
2018	16.457
Número de docentes na educação básica ⁽¹⁾	1.896
Índice de desenvolvimento da educação básica municipal ⁽¹⁾	
2005	3,9
2017	5,5
2018	4,1
2019	4,5

CRIMAS DE 5 AOS ANOS NA ESCOLA ⁽¹⁾

2011	59,8 %
2010	95,7 %
Taxa de aprovação ⁽¹⁾	91 %
Taxa de analfabetismo no Brasil (pessoas de 10 a 17 anos) em 2010 ⁽¹⁾	2,9 %
Taxa de analfabetismo em Maricá (pessoas de 10 a 17 anos) em 2010 ⁽¹⁾	1,9 %



SAÚDE

Gasto municipal na Saúde em 2018 ⁽¹⁾	R\$ 210 milhões
---	-----------------

Unidades de urgência e emergência ⁽¹⁾	2 unidades
Unidades básicas tradicionais (Postos de Saúde) ⁽¹⁾	7 unidades
Unidade de Saúde da Família ⁽¹⁾	18 unidades
Centro de Atendimento Psicossocial (Capa) ⁽¹⁾	3 unidades
Taxa de natalidade em 2015 ⁽¹⁾	12 nascimentos / 1.000 habitantes

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCIMENTO 2006-2018 ⁽¹⁾

2006	69,5 anos
2010	75,9 anos
2018	77,2 / 1.000 nascimentos vivos
2019	77,9 / 1.000 nascimentos vivos

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM MARICÁ ⁽¹⁾

2006	17,2 / 1.000 nascimentos vivos
2010	9,7 / 1.000 nascimentos vivos
2018	7,6 / 1.000 nascimentos vivos
2019	7,1 / 1.000 nascimentos vivos

Cidade de Maricá	8,17 anos / 1.000 habitantes
Estado do Rio de Janeiro	8,17 anos / 1.000 habitantes



ECONOMIA, TRABALHO E RENDIMENTO

PB per capita Maricá 2016 ⁽¹⁾	R\$ 39.076,14
PB a preços correntes 2016 ⁽¹⁾	R\$ 0,9 bilhões

ESTADO DE EMPREGOS FORMAIS ⁽¹⁾

2007	9.035 postos de trabalho
2017	10.760 postos de trabalho

RENTABILIDADE MÉDIA DOS TRABALHADORES FORMAIS ⁽¹⁾

2007	2,1 salários mínimos
2017	2,4 salários mínimos

ESTABELECIMENTOS FORMAIS ⁽¹⁾

2007	2.495 unidades
2017	3.231 unidades
Micro empreendedor individual 2019 ⁽¹⁾	6.936 cadastros
Pessoas que moravam a trabalho em Maricá em 2016 ⁽¹⁾	89,7 %

RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL ⁽¹⁾

Receita tributária própria	Variação
2016	R\$ 407,3 mil
2018	R\$ 1.082,2 mil
2019	R\$ 1.082,2 mil
Transferência de repasses	Variação
2016	R\$ 300,3 mil
2018	R\$ 1.404,2 mil
2019	R\$ 1.404,2 mil
Receita de fundos municipais	Variação
2016	R\$ 10,2 mil
2018	R\$ 10,2 mil
2019	R\$ 10,2 mil
Despesas totais liquidadas	Variação
2016	R\$ 630,0 mil
2018	R\$ 1.200,0 mil
2019	R\$ 1.200,0 mil



DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL ⁽¹⁾

2000	0,64 (médio)
2010	0,77 (alto)

POSICIONAMENTO DE MARICÁ POR IDH ⁽¹⁾

2000	16ª posição
2010	6ª posição

Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família ⁽¹⁾	7.284 famílias
Número de famílias atendidas pelo Cadastro Único ⁽¹⁾	13.714 famílias



CULTURA E ARTE

ESPAÇOS CULTURAIS DE MARICÁ ⁽¹⁾

Museu Histórico de Maricá
Biblioteca Municipal
CEU - Centro de Esportes e Artes Unificados
Mercado das Artes
Cine-teatro Rêxeli
Parque Cultural
Lena Cultural Beth Carvalho
Lena Cultural Marielle Franco
Lena Cultural Professor Luiz Carlos Viegas da Silva



TRANSPORTE

Flota total de automóveis ⁽¹⁾	40.729
Flota total de motocicletas ⁽¹⁾	10.859
Flota de ônibus e micro-ônibus ⁽¹⁾	882
Flota de veículos da EPT (WernerWeiss) ⁽¹⁾	38
Linhas de ônibus da EPT (WernerWeiss) ⁽¹⁾	14
Veículos licenciados ⁽¹⁾	93
Taxi licenciados ⁽¹⁾	431
Motociclistas licenciados ⁽¹⁾	103
Veículos escolares licenciados ⁽¹⁾	99
Extensão de ciclovias construídas ⁽¹⁾	26,1 km

TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

Área da unidade territorial ⁽¹⁾	361,6 km²
Taxa de urbanização ⁽²⁾	98 %
Número de domicílios em 2010 ⁽³⁾	42.610
Território do município protegido por unidades de conservação ⁽⁴⁾	220,6 km² (61%)
Temperatura média anual ⁽⁵⁾	23,3 °C

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS ⁽⁶⁾

Refúgio da vida silvestre municipal das serras de Maricá	89,5 km²
Área de proteção ambiental municipal das serras de Maricá	26,5 km²
Monumento natural municipal Pedra do Iná	2,3 km²
Monumento natural municipal Pedra do Bacoal	1,2 km²

PRINCIPAIS LAGOS

Lagoa de Maricá ⁽⁷⁾ (Vulgo de Angaitá)	19,5 km²
Lagoa de Barra ⁽⁸⁾	9,0 km²
Lagoa de Guapimirim ⁽⁹⁾ (Vulgo de Ponta Negra)	6,5 km²
Lagoa de Pedro ⁽¹⁰⁾	2,7 km²
Lagoa Brava ⁽¹¹⁾	1,2 km²
Lagoa de Jacaré ⁽¹²⁾	3,6 km²

POPULAÇÃO

População 2010 ⁽¹³⁾	127.461 hab
População estimada 2018 ⁽¹⁴⁾	157.769 hab
População estimada 2021 ⁽¹⁵⁾	167.668 hab
Percentual de homens ⁽¹⁶⁾	49,2 %
Percentual de mulheres ⁽¹⁷⁾	50,8 %
Densidade demográfica 2010 ⁽¹⁸⁾	351,55 hab/km²

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR RACIA EM 2010 ⁽¹⁹⁾

Branca	54 %
Preta	7,5 %
Parda	37,9 %
Amarela	0,5 %
Indígena	0,1 %

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE ⁽²⁰⁾

	ANO	
	1991	2010
0-14	30,7 %	20,7 %

15-64	63,9 %	70,9 %
65+	5,4 %	8,4 %

EDUCAÇÃO

DESPESAS MUNICIPAIS COM EDUCAÇÃO ⁽²¹⁾

2016	R\$ 115,2 mil
2020	R\$ 322,1 mil

REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ⁽²²⁾

RECURSOS	ANO	
	2016	2020
Escolas do Ensino Fundamental	50 unid	49 unid
Escolas com atendimento à Educação Infantil	39 unid	43 unid
Escolas com EJA (Educação de Jovens e Adultos)	6 unid	4 unid
Matrículas na rede pública municipal	17.502	23.590
Docentes da rede municipal na Educação Básica	1.096 prof	1.325 prof

SAÚDE

DESPESAS MUNICIPAIS COM SAÚDE ⁽²³⁾

2016	R\$ 58,2 mil
2020	R\$ 350,4 mil

REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À SAÚDE ⁽²⁴⁾

RECURSOS	ANO	
	2016 (jun)	2021 (jul)
Hospitais gerais	1 unid	2 unid
Unidades Básicas de Saúde	22 unid	25 unid
Centros de Atendimento Psicossocial (Capi)	2 unid	3 unid
Leitos hospitalares de internação	68 unid	143 unid
Recursos Humanos	888 prof	3.091 prof

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM MARICÁ ⁽²⁵⁾

2008	17,2 / 1.000 nascidos vivos
2010	14 / 1.000 nascidos vivos
2016	9 / 1.000 nascidos vivos
2020	8,4 / 1.000 nascidos vivos

ECONOMIA, TRABALHO E RENDIMENTO

PIB MUNICÍPIO ⁽²⁶⁾	
2010	R\$ 14.696,83
2016	R\$ 39.078,14
2018	R\$ 171.003,42

PIB APROPRIADO ⁽²⁷⁾

2010	R\$ 1,9 bilhões
2016	R\$ 0,9 bilhões
2018	R\$ 27,0 bilhões

PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL NO PIB ESTADUAL ⁽²⁸⁾

2010	0,4 %
2016	3,6 %

ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS ⁽²⁹⁾

2007	9.835 postos de trabalho
2010	13.034 postos de trabalho
2017	18.766 postos de trabalho
2019	23.671 postos de trabalho

Estoque de empregos por carteira assinada (CLT) - Jun/2021 ⁽³⁰⁾

REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS TRABALHADORES FORMAIS ⁽³¹⁾

2007	2,1 salários mínimos
2010	2,12 salários mínimos
2017	2,4 salários mínimos
2019	2,29 salários mínimos

ESTABELECIMENTOS FORMAIS ⁽³²⁾

2007	2.485 unidades
2010	2.950 unidades
2017	3.201 unidades
2019	3.314 unidades

MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) ⁽³³⁾

2012 (jul)	2.392 MEI
2019	8.000 MEI
2021 (jul)	17.572 MEI

RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL ⁽³⁴⁾

Receita tributária própria	Variação
2016	R\$ 87,6 mil
2020	R\$ 184,7 mil

Transferência de royalties	Variação
2016	R\$ 300,9 mil
2020	R\$ 1.590,9 mil

DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Equipamentos da Assistência Social (2020) ⁽³⁵⁾

21 unid

Profissionais da Assistência Social - assistentes sociais e psicólogos (2020) ⁽³⁶⁾

112 prof

Usuários no CadÚnico para programas sociais (2020) ⁽³⁷⁾

63.304 cad

Famílias beneficiárias do Bolsa Família (2020) ⁽³⁸⁾

6.899 famílias

Famílias assistidas pelo programa Renda Mínima Muniúca (2017) ⁽³⁹⁾

14.817 famílias

Famílias assistidas pelo programa Renda Básica de Cidadania (2020) ⁽⁴⁰⁾

20.037 famílias

TRANSPORTE E MOBILIDADE

VEÍCULOS REGISTRADOS ⁽⁴¹⁾

TIPO	ANO	
	2010 (jul)	2021 (jul)
Automóveis	22.836	47.218
Motocicletas	5.895	13.027
Frota total registrada	35.223	76.001

VEÍCULOS EM USO ⁽⁴²⁾

Frota de veículos pessoais e comerciais: 109

Linhas de ônibus: 34

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELA EPT ⁽⁴³⁾

2017	1.943.199 pessoas
2019	5.237.713 pessoas
2020	5.437.452 pessoas

EXTENSÃO DE VIAS PAVIMENTADAS ⁽⁴⁴⁾

2016	80 km
2019	120 km
2020	105 km

POSSOES NO AEROPORTO DE MARICÁ ⁽⁴⁵⁾

2017	349 pessoas
2019	1.121 pessoas

DECLARAÇÕES NO AEROPORTO DE MARICÁ ⁽⁴⁶⁾

2017	343 declarações
2019	1.148 declarações



PAINEL CHEGOU A SUA VEZ

UM GRANDE MOVIMENTO PELA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Distrito	Inimã	Ponta Negra	Raiapuça	Sede/Centro	Total
DOMICÍLIOS VISTÁVEIS ⁽⁴⁷⁾	7.157 casais	9.325 casais	14.001 casais	15.024 casais	45.507 casais
DOMICÍLIOS BAIXOS OU DE VERANEO ⁽⁴⁸⁾	895 casais	2.207 casais	2.207 casais	2.549 casais	7.922 casais
	12% (1)	24% (1)	50% (1)	17% (1)	17% (1)
DOMICÍLIOS COM ACESSO À ÁGUA ⁽⁴⁹⁾	1.027 casais	1.723 casais	5.196 casais	5.003 casais	12.949 casais
	14% (1)	18% (1)	37% (1)	33% (1)	30% (1)
DOMICÍLIOS ENTREVISTADOS ⁽⁵⁰⁾	4.863 casais	5.395 casais	6.533 casais	7.472 casais	24.263 casais
	40% (1)	50% (1)	47% (1)	50% (1)	52% (1)
DOMICÍLIOS VULNERÁVEIS ⁽⁵¹⁾	828 casais	531 casais	538 casais	1.541 casais	3.438 casais
	17% (1)	10% (1)	8% (1)	21% (1)	14% (1)
PESSOAS VULNERÁVEIS ⁽⁵²⁾	2.497 pessoas	1.593 pessoas	1.624 pessoas	4.117 pessoas	9.831 pessoas

* Recursos de pesquisas ou análises de pessoas de referência ou de maior de 18 anos respondendo o questionário.

** Domicílios cuja pessoa de referência ou outra pessoa maior de 18 anos respondeu o questionário.

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

IBR
Darcy Ribeiro

PREFEITURA DE
MARICÁ

LIVRO ESTUDOS MARICAENSES



Utilize o QR Code para baixar o livro.

RELATÓRIO BIANUAL IDR



Utilize o QR Code para baixar o relatório.

ANEXO C – CARD DE DIVULGAÇÃO EVENTO DA COPAS



JAHA JAKARU - CENTRO DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR - COMIDA DO FUTURO

I JORNADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MARICÁ












**PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS
E GOVERNANÇA DAS CADEIAS
ALIMENTARES**
DIA 23/5 PALESTRAS
DIA 24/5 VISITA TÉCNICA

AUDITÓRIO MANOEL LAGO - BANCO MUMBUCA
UNIDADES PRODUTIVAS AGROECOLÓGICAS
FAZENDA JOAQUIM PIÑERO



ANEXO D – PROJETO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA / CODEMAR /
COOPERAR

Feira da Agricultura Familiar

Baldinho do Bem

05/04 SÁBADO

HORÁRIOS

FEIRA	8h às 14h	☒
BALDINHO	9h às 11h	☒

PRAÇA AGROECOLÓGICA - ARAÇATIBA

cooperar **CODEMAR** MARICA DESENVOLVIMENTO **SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA** **MARICA**

**ANEXO E – FAZENDA JOAQUIM PIÑERO SECRETARIA DE AGRICULTURA/
COOPERAR**



ANEXO F – BANCO MUMBUCA



ANEXO G – CARDÁPIO RESTAURANTE MAURO ALEMÃO

CARDÁPIO SEMANAL

OUTUBRO - SEMANA 01

ALIMENTOS
ADQUIRIDOS DA
AGRICULTURA
FAMILIAR



SECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

PREFEITURA DE
MARICÁ

5ª FEIRA - 06/10



CAFÉ DA MANHÃ

Café com Leite, Pão c/ Margarina e Queijo Muçarela, Maça

ALMOÇO

SALADA Mix de Folhas c/ Maça	PROTEÍNA Almondegas ao Molho	OPÇÃO Linguiça Calabresa Açebolada	GUARNIÇÃO Purê de Batata
COMPLEMENTO Arroz	COMPLEMENTO Feijão	SOBREMESA Fruta	BEBIDA Uva

Cardápio sujeito a alterações.

ANEXO H – PROJETO VARAL SOLIDÁRIO



ANEXO I – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMA MANU MNUELA

ANEXO J – PROJETO PARCERIA COM ICTIM



ANEXO K – COMSEA MARICÁ

@COMSEAMARICA

Você sabia?



**COMSEA MARICÁ teve 5 delegados
representando em Brasília**

*No dia 11 a 14 de dezembro de 2023
Comsea foi representado por 5 delegados
na 6 Conferência Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional.*

ANEXO L – CODEMAR MARICÁ



ANEXO M – FAMÍLIAS INDÍGENAS RECEBENDO DOAÇÃO DE ALIMENTOS